



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XIV  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**CLEIDIANE DE OLIVEIRA LIMA**

**TECENDO UMA HISTÓRIA DE FIBRA: ATUAÇÃO DE  
PEQUENOS AGRICULTORES DE VALENTE E O SURGIMENTO DA  
APAEB (1973-1997)**

Conceição do Coité  
2018

**CLEIDIANE DE OLIVEIRA LIMA**

**TECENDO UMA HISTÓRIA DE FIBRA: ATUAÇÃO DE  
PEQUENOS AGRICULTORES DE VALENTE E O SURGIMENTO DA  
APAEB (1973-1997)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Banca Examinadora da  
Universidade do Estado da Bahia, como  
requisito para a obtenção do grau de  
Licenciada em História.

Orientação: Prof. Ms. Jorge Luiz Nery de  
Santana

Conceição do Coité  
2018

## Folha de Aprovação

A Banca Examinadora considera esta monografia adequada como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia.

Conceição do Coité \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

---

Prof. Ms. Jorge Luiz Nery de Santana  
UEFS

---

Profª. Ms. Kelman Conceição da Silva  
UNEB

---

Profº. Dr. Eurelino Coelho Teixeira Neto  
UEFS

*Dedico esse trabalho a todas as pessoas que tiveram suas vidas marcadas por uma história de luta em busca de liberdade e igualdade social.*

## AGRADECIMENTOS

Como já dizia Chico César “caminho se conhece andando”, e nessas andanças do processo da escrita, que para mim foi difícil, seria muito mais se não fosse o apoio afetivo, emocional e técnico que recebi de várias pessoas. Assim, é chegada a hora de expressar alguns agradecimentos.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus pela força que me deu de concluir mais uma etapa na minha vida.

A minha, Cleidinalva de Oliveira Lima e a painho, Jovino Anselmo de Lima, pelo amor incondicional, pela educação que me proporcionaram. Pela compreensão, principalmente nos últimos dias da escrita. Sem eles não teria sido possível a obtenção do título de primeira graduada na família.

A todos os meus professores e professoras que, de alguma maneira, me despertaram o desejo da leitura e da escrita.

De maneira especial, agradeço ao professor Jorge Nery, por ter aceitado o desafio de ser meu orientador mesmo com tarefas infundáveis, pela paciência e pela disposição em sempre me ajudar. Muito obrigada!

Aos meus colegas de turma pelas discussões, experiências, tristezas, sorrisos sinceros e reflexões que passamos juntos. Em particular a Adriana, Erionis, Jocicleia, Laís e Raquel pela amizade, alegrias e dias mais leves em meio às tensões universitárias.

Aos funcionários do Departamento de Educação, Campus XIV, particularmente a Eloína Santos a quem sempre partilhava minhas angústias e alegrias.

A todos e todas, meus sinceros agradecimentos.

*Sempre unidos queremos vencer  
Trabalhando com alegria e animação  
pra ver se aumenta nosso produto  
Se tem valor nossa produção.*

*Vou te contar nosso sofrimento  
Através do imposto que é uma estupidez  
A gente paga repaga e paga  
E o homem do campo nunca tem vez.*

*Cai mesmo no chão o nosso suor  
O nosso produto não tem valor  
Vai à cidade na condução  
Mas quem dá o preço não é a gente não.*

*Qual a maneira será melhor  
Vamos discutir, vamos pensar  
O que é que a gente vai conseguir  
Para os nossos produtos armazenar.*

*Que coisa bonita é a união  
Dos camponeses nesse sertão  
Vivem unidos através de pequenas reuniões.*

*(Cantos dos agricultores, Valente, 11/10/1976).*

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia

APAEB-Valente - Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CEB – Comunidade Eclesial de Base

ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadoria

MER – Movimento de Evangelização Rural

MOC – Movimento de Organização Comunitária

PT – Partido dos Trabalhadores

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TdL – Teologia da Libertação

## **RESUMO**

O presente trabalho teve como objetivo analisar fragmentos do processo histórico das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Valente, interior da Bahia, ocorridas entre 1973 e 1997 com o engajamento de representantes clérigos da Igreja Católica valentense e que resultaram na tomada da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na construção das lutas que dariam origem à construção da APAEB (uma associação de pequenos agricultores). Mediante um corpus variado de fontes, desde documentos oficiais, jornais, cadernos de atas de instituições locais, fotografia, documentos pessoais, obras memorialísticas e, em especial, depoimentos de sujeitos que vivenciaram o período analisado, destacamos a trajetória da associação, as hierarquias e conflitos dentro da instituição e os desdobramentos em torno da construção e consolidação da indústria de carpetes de sisal que a APAEB implementou em Valente no ano de 1996. O trabalho possibilitou perceber que a formação da APAEB se configura como uma tentativa de uma camada da população empobrecida de Valente, e região, que se organizou e se mobilizou em busca de melhores condições de vida e de trabalho para inúmeros agricultores e agricultoras que, no caso valentense, dependiam do cultivo do sisal para sobreviver.

**PALAVRAS-CHAVE: APAEB – Sindicato – Catolicismo – Movimentos Sociais - Valente**

## **ABSTRACT**

The present work aims to analyze fragments in the historical process of the struggles of the rural workers of Valente, interior of Bahia, that occurred between 1973 and 1997 initially with the engagement of Roman Catholic Church's clerical representatives which resulted in the taking of the direction of the Union of Rural Workers and in the construction of the challenges that would give rise to the construction of APAEB (an association of small farmers). Through a varied corpus of sources – from official documents, newspapers, notebooks of local institutions, photos, personal documents, memorial works and, in particular, testimonies of subjects who lived in the analyzed period – we highlight the association's trajectory, hierarchies and conflicts within the institution and the developments surrounding the construction and consolidation of the sisal carpet industry that APAEB implemented in Valente in 1996. Through this work was possible to perceive that the formation of APAEB is an attempt by a layer of the impoverished population of Valente and region that organized and mobilized themselves to look for better life conditions and work for numerous farmers who, in the case of Valente, depended on the cultivation of sisal to survive.

**KEYWORDS: APAEB - Syndicate - Catholicism - Social Movements - Valente**

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO, FOTO E QUADROS

Quadro 1: Relação de cidades baianas produtoras de sisal (1946).....	26
Quadro 2: Distribuição das ocupações nos campos de sisal (1960).....	28
Quadro 3: População residente em Valente (1952-1991).....	31
Quadro 4: Relação de cidades baianas produtoras de sisal.....	35
Figura 1: Esquema do processo produtivo do sisal.....	32
Foto 1: Carregamento de fibras do sisal .....	33
Quadro 5: Empregos gerados pela APAEB e pela fábrica de tapetes e carpetes em Valente entre 1992 e 1997.....	66

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>“SISALEIROS” VALENTENSES: TRABALHO E EXPERÊNCIA DA EXPLORAÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1</b>	<b>Valente: “A Capital Mundial do Sisal”.....</b>	<b>21</b>
<b>2.2</b>	<b>A experiência da exploração.....</b>	<b>27</b>
<b>2.3</b>	<b>A religião católica e o imaginário de libertação social.....</b>	<b>35</b>
<b>3</b>	<b>“COMEÇAMOS O TRABALHO SOCIAL AQUI EM 73”: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO.....</b>	<b>40</b>
<b>3.1</b>	<b>“Fazia a leitura da Bíblia na vida da gente e com isso fomos descobrindo nossos direitos”.....</b>	<b>40</b>
<b>3.2</b>	<b>“Fizemos a nossa Chapa e ganhamos e até hoje o sindicato tá aí nas mãos dos Trabalhadores”: a tomada do STR.....</b>	<b>47</b>
<b>3.3</b>	<b>“Muitos agricultores acreditam na força da união”: A fundação da APAEB... </b>	<b>53</b>
<b>4</b>	<b>“O SERTÃO TEM TUDO QUE SE PRECISA. SE FALTAR A GENTE INVENTA”: APAEB-VALENTE.....</b>	<b>61</b>
<b>4.1</b>	<b>“Batedeira Comunitária: o coração da APAEB”.....</b>	<b>61</b>
<b>4.2</b>	<b>Uma fábrica no sertão: “Do sonho à realidade”?.....</b>	<b>64</b>
<b>4.3</b>	<b>A formação da liderança na APAEB-Valente.....</b>	<b>72</b>
<b>4.4</b>	<b>Trabalho de base na APAEB: ecos do passado (?).....</b>	<b>76</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>83</b>
<b>6</b>	<b>FONTES.....</b>	<b>86</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>87</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretende analisar o processo histórico das lutas dos trabalhadores rurais em Valente, município brasileiro localizado no nordeste do Bahia, com o engajamento de clérigos da Igreja Católica valentense que resultaram na tomada da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e na construção das lutas que dariam origem à construção da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), com ênfase na abordagem da experiência e luta de classe desses agricultores em busca de melhores condições de vida e de trabalho no semiárido baiano entre 1973 a 1997.

O interesse por este estudo se deu pela importância econômica que APAEB representa em Valente, e na região do semiárido baiano, mas que ainda possui carência de pesquisas históricas que versem sobre sua origem com destaque na luta e participação de pequenos agricultores nesse processo. Esses estudos, em sua grande maioria, possuem um recorte temporal mais recente, o que não analisa questões importantes da primeira fase da associação. Desenvolver um estudo que enfoque a trajetória desses trabalhadores e que resultou na fundação de uma associação que ganhou destaque a nível internacional, traz contribuições ao campo de investigações sobre uma História local e regional e movimentos sociais no sertão baiano.

A associação foi fundada em 1980 e a princípio, possuía sede na cidade de Serrinha com filiais em Ichu, Feira de Santana, Araci e Valente. Essa última foi a única que se dedicou ao cultivo do sisal. Com o passar do tempo, a associação cresceu e passou a ser grande consumidora da fibra, valorizando seu preço e consolidando a cultura do sisal na região. A lavoura do sisal tornou-se uma das principais fontes da economia do município de Valente e região. Vinda do México, ela dá origem a mais da metade da fibra dura do mundo e foi adaptada ao clima semiárido que apresenta características específicas como altas temperaturas em períodos prolongados e que dificulta a exploração de outras culturas. Na região do semiárido<sup>1</sup> o cultivo do sisal floresceu e no Brasil concentrou-se sua produção no Nordeste<sup>2</sup>.

O grupo organizado formalmente em torno da APAEB em 1980 integrou majoritariamente militantes que travaram suas lutas na década de 1970 e são essas mobilizações que devemos analisar para entender o processo que desencadeou na fundação da associação. Nos anos que antecedem sua institucionalização havia em todo país um sentimento de mudança

---

<sup>1</sup> Além do Nordeste, o clima semiárido está presente no Sudeste.

<sup>2</sup> Agência Embrapa de Informação Tecnológica - Sisal.

e vários outros movimentos irrompendo no mesmo contexto marcado por um regime de exceção vivido à época no Brasil, onde a censura, o controle e a repressão eram vigentes no país devido ao Golpe Civil-Militar que instaurou uma ditadura em 1964. Assim como a APAEB, os movimentos desse período se engendraram durante os anos 1970, fortemente vinculados à Igreja Católica.

O engajamento de religiosos às questões sociais ganhou força a partir dos anos 1960 por meio de movimentos populares entre leigos que, paulatinamente, se engajaram na causa dos trabalhadores explorados e que abriram caminhos para o surgimento da Teologia da Libertação (TdL) como resposta dos teólogos católicos, e representantes progressistas, ao imaginário de libertação social. No caso da organização dos trabalhadores rurais de Valente, o sentimento de mudança econômica e social foi impulsionado por esse movimento que vai encontrar na leitura do Evangelho aspectos semelhantes à vida cotidiana.

A pesquisa se tornou possível através de um corpus documental variado, desde documentos oficiais, cadernos de atas do STR, carta, jornais diversos, estatuto da associação e projetos advindos do Movimento de Organização Comunitária (MOC) encontrados no acervo da APAEB-Valente, fotografia, documentos pessoais e, sobretudo, depoimentos de sujeitos que atuaram de forma significativa durante o processo de organização na década de 1970. Tendo em mãos essas fontes podemos compreender as estratégias de luta e de mobilização dos trabalhadores rurais naquele contexto.

Durante a pesquisa foi encontrado apenas um estudo específico na área de História que resultou em uma dissertação de mestrado de Cassiano Nascimento (2014) intitulada “A APAEB-Valente e os ‘sisaleiros’: trajetória, trabalho e cotidiano nos campos de sisal (1980-1993)”, que destaca a trajetória da APAEB, as relações de trabalho e o cotidiano nos campos de sisal vivenciado pelos sisaleiros. Essa obra é uma importante referência, pois tenta delinear as estratégias dessa associação para estabelecer novas relações de poder no campo, especialmente na produção e comercialização do sisal e a forma como ela contribuía para a naturalização dos acidentes, a exemplo das mutilações provocadas pela máquina desfibradora, ao tempo em que se fortalecia enquanto uma alternativa de representação dos trabalhadores rurais.

Dedicar-se em estudos mais recentes é uma tarefa que exige do historiador ou da historiadora uma habilidade com a diversidade de fontes. Assim, ele ou ela precisa se preparar para fazer uma seleção correta e utilizar as ferramentas adequadas para compreender o enredo que se quer produzir. O êxito da tarefa vai depender da qualidade das perguntas que forem feitas as fontes. Nesse sentido, Ragazzini acentua que “a fonte provém do passado, mas não está mais

no passado quando é interrogada. (...) é uma ponte (...), um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado” (RAGAZZANI, 2001, p. 14).

Nessa perspectiva, escolhemos a História Oral como metodologia prioritária que nos “possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores” (THOMPSON, 1992, p. 18). Essa metodologia permite fundamentar a análise histórica por meio da memória dos agricultores e agricultoras, suas trajetórias, valores, seu cotidiano e perspectivas. Através dela também é possível cruzar as versões e interpretações dos vários depoimentos cedidos. À vista disso, coletamos depoimentos de Erenita Oliveira, José de Abreu, Ivo Ferreira, Misael Lopes, Ivone Gonçalves, Ismael Ferreira então trabalhadores rurais valentenses e Luciano Cason, naquela ocasião padre da Paróquia de Valente. Esses sujeitos participaram e atuaram de maneira significativa no período de recorte da pesquisa. Os relatos orais, elaborados por meio de entrevistas semiestruturadas, possibilitam reconstruir a trajetória e atuação de pessoas comuns silenciadas na História. Portanto, essa pesquisa é estruturada fundamentalmente pelo que as entrevistas revelam.

Dialogando com os depoimentos orais, utilizamos como fonte o acervo de jornais da APAEB, no qual constam edições do jornal *Batedeira Comunitária* publicada entre junho de 1989 e outubro de 1993 e o *Folha do Sisal* (1995 a 1998). Nesses periódicos foram encontradas notícias sobre a criação da associação da APAEB, o andamento de suas atividades, bem como algumas situações conflituosas entre trabalhadores rurais e a associação. Além desses, o jornal *Voz das Comunidades* traz algumas informações sobre a presença de líderes religiosos junto aos trabalhadores em Valente e região na década de 1970. Como também o *Jornal Feira Hoje*, *Jornal à Tarde* e o *Folha do Norte*, todos datados de 1993, que noticiaram o projeto sobre a construção da fábrica de tapetes e carpetes de sisal pela APAEB. Nenhuma fonte pode ser lida como uma verdade absoluta e no caso do jornal, deve-se atentar para a subjetividade dos relatos contidos nele. Por isso, uma análise atenta deve ser feita questionando-se qual o público que tinha acesso a essa leitura, os interesses e qual o discurso ideológico e/ou político do jornal.

A ata do STR foi utilizada na tentativa de compreender sobre sua fundação a qual ocorreu, inicialmente, sem a participação ou o protagonismo dos trabalhadores rurais que, posteriormente, passou a ser conduzido pelos agricultores. Apesar do STR não ser nosso objeto de pesquisa, a compreensão sobre o surgimento da APAEB perpassa por esse momento. Documentos escritos como uso de um projeto do Movimento de Organização Comunitária (MOC) e os estatutos APAEB de 1986 e 1993 foram essenciais por apontarem os objetivos iniciais da associação, a qual essa instituição foi o principal articulador para o surgimento das

APAEBs. Um caderno pessoal de Ismael Ferreira, que redigia as atas dos encontros que ocorreram entre 1974 a 1977, foi crucial para compreendermos a dinâmica daquelas reuniões.

O uso de fotografia como fonte também foi interessante, pois nos possibilitou captar situações e reações espontâneas para além do que a expressão textual ou oral permitiu alcançar. Mauad (1996) afirma que:

(...) Toda a imagem é histórica. O marco de sua produção e o momento da sua execução estão indefectivelmente decalcados nas superfícies da foto, do quadro, da escultura, da fachada do edifício. A história embrenha as imagens, nas opções realizadas por quem escolhe, uma expressão e um conteúdo, compondo através de signos, de natureza não verbal, objetos de civilização, significados de cultura (MAUAD, 1996, p. 15).

Nessa perspectiva, a fotografia é capaz de expressar histórias de determinados sujeitos como também os costumes de uma determinada civilização, seu modo de viver e seu lugar social. As obras de memorialistas do município, como José Ramos Filho (1965), Alamiro Galvão (2002) e Nelilton Ezequias de Oliveira (1991) também foram pertinentes para compreendermos alguns aspectos da formação e transformação da cidade de Valente. Fizemos uso também da obra de Galvão (2008) na qual ele relata a trajetória de Ismael Ferreira que nos ajudou a entender aspectos da vida daquele que ganhou destaque na associação. No entanto, o memorialista procura descrever a realidade que ele viu, ouviu ou viveu. Dessa forma, “cabe ao historiador problematizar esses relatos inserindo-os em sua dimensão histórica, quer do momento que as memórias relatam, quer do momento em que são produzidas” (SILVA, 2015, p. 63).

Cruzar, dialogar e criticar as fontes é requisito fundamental para evoluir com segurança na investigação tendo um conhecimento prévio sobre o assunto, resultado de um levantamento bibliográfico sobre o tema, o pesquisador estará munido para prosseguir com suas análises e interpretação da documentação. Ele “já pode cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História”. (BACELLAR, 2005, p. 71).

O levantamento bibliográfico, os recortes e as fontes que apresentamos não se fazem desvinculados de um referencial teórico. Esta pesquisa é orientada no campo de estudos que se apropriam dos conceitos de classe social e luta de classes para que se possam analisar as relações sociais dos trabalhadores. No entanto, damos ênfase ao momento a trajetória da classe trabalhadora rural de Valente, ou seja, a sua formação.

O conceito de *classe* possibilita uma análise das desigualdades sociais e econômicas na sociedade capitalista na qual os trabalhadores reconhecem sua situação social em relação a outras, enxergando-as como antagônicas. Marx (1848) defende que as condições materiais de existência do indivíduo determinam seu lugar social e os aspectos da sua vida. A luta de classes seria, portanto, o motor de mudanças sociais. Sendo assim, surgem a partir da divisão social do trabalho. Na obra de Marx e Engels (1848), “O Manifesto do Partido Comunista”, os autores ressaltam que a história de todas as sociedades que existiram até hoje tem sido a história das lutas de classes, de modo geral, entre oprimidos e opressores, e estiveram o tempo todo em oposição uns com os outros.

Ainda dentro desse diálogo, Thompson (2001) defende que não tem como existir uma classe sem esta ter partilhado suas experiências. O conceito de *classe* está ligado ao seu processo da sua formação. Para o autor a classe é resultado das relações vivenciadas entre os sujeitos com trocas de experiências. A partir disso, a consciência de classe é adquirida entre as pessoas de forma simultânea. Mediante isso, o autor não analisa as classes de forma separada, mas estuda as relações entre esses sujeitos partindo do pressuposto que a camada mais baixa deve ser observada com um olhar importante tanto quanto a camada mais alta.

Em relação ao objeto dessa pesquisa que é a APAEB, para entender como ela se formou, é necessário recuar ao período em que as lutas foram travadas. É nesse sentido também que Thompson nos inspira por defender que há essa necessidade para que possa compreender o processo de formação de classe mediante a luta de classes. Dessa forma, a classe trabalhadora rural em formação organizada em torno da APAEB não poderia ser desvinculada das lutas travadas nos anos 1970 em Valente.

Pensar a formação da Associação de trabalhadores em Valente é caracterizá-la como resultado de discussões dos anos 1970 referente à exploração dos trabalhadores rurais, principalmente os que trabalhavam com o sisal através de círculos bíblicos que evidenciava luta de classes de forma nítida. Por isso, precisamos estabelecer algumas distinções entre esses dois espaços, pois APAEB seria um espaço onde haveria um capitalismo organizado na tentativa de uma distribuição de renda de forma igualitária na perspectiva de um cooperativismo. Não haveria um combate contra o capitalismo, mas sim um posicionamento conformado sobre ele. Coelho (2005), ao tratar do conceito *transformismo*, por meio de análises gramscianas, além de outras definições complementares, entende como “produção da desorganização política das classes subalternas” e nos oferece um debate a esse respeito ao abordar a transformação programática em dois grupos de esquerda que se uniram e deram origem ao Partido dos Trabalhadores. Retornaremos essa discussão mais adiante.

No que tange ao engajamento de religiosos às questões sociais, a discussão de Michael Lowy é pertinente, pois se apropria do conceito de *afinidade eletiva* de Max Weber para falar de movimentos sociais na América Latina o qual busca analisar a adesão de representantes católicos à causa dos trabalhadores e camponeses explorados que, segundo o autor, tem o marxismo como um de seus pontos principais. Segundo Lowy

(...) é o processo pelo qual duas formas culturais (religiosas, intelectuais, políticas ou econômicas) entram, a partir de determinadas analogias significativas, parentescos íntimos ou afinidades de sentidos, em uma relação de atração e influência recíprocas, escolha mútua, convergência ativa e esforço mútuo (LOWY, 2011 p. 142).

No caso da organização dos trabalhadores rurais de Valente, o sentimento de mudança na esfera econômica e social vai ser impulsionado e estimulado pela metodologia de leituras populares da Bíblia, inspirada na pedagogia da libertação de Paulo Freire e na Teologia da Libertação em formação que vai encontrar na leitura do evangelho aspectos semelhantes à vida cotidiana, no qual as questões econômicas vão aparecer de forma marcante. A religião Católica e a economia, segundo esse conceito, se identificam e buscam caminhos e ações conjuntas a partir de objetivos comuns.

Descrito os rumos tomados por essa pesquisa, apresentamos a estrutura do trabalho que está organizado em três capítulos. No primeiro buscamos reconstruir a história do município de Valente bem como o impacto da chegada do sisal em Valente e as condições de trabalho em torno do cultivo do sisal. Em seguida observamos o início da organização dos trabalhadores embalados pelas práticas de leituras populares e libertadoras da Bíblia, por meio de círculos bíblicos ou Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no qual os trabalhadores vão discutir acerca da realidade à luz das escrituras sagradas. No segundo discorreremos sobre o momento em que os trabalhadores partem para ação com a tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valente traçando caminhos que deram origem a APAEB. O último versa sobre a experiência da APAEB em Valente por ter se dedicado a atividade com sisal o que possibilitou seu desenvolvimento. Damos atenção também às tensões que marcaram a trajetória da associação dentro do recorte temporal da pesquisa.

## 2 “SISALEIROS” VALENTENSES: TRABALHO E A EXPERIÊNCIA DA EXPLORAÇÃO

Para compreender o processo da formação da classe trabalhadora rural em Valente, se faz necessário analisar o contexto socioeconômico da cidade. Assim, este capítulo estabelece um panorama sobre a formação da cidade, bem como a gênese do cultivo do sisal nela. Procura dar ênfase ao cenário econômico e social do município desde a primeira metade do século XX até os anos 1980. Abordamos a demografia urbana e rural; as relações de trabalho e o perfil dos trabalhadores rurais nos campos de sisal e as condições de vida e de trabalho dessa mão de obra. Mediante o conceito de *experiência* em Thompson (1987), buscamos explorar a perspectiva de que a relação entre a vida material e a consciência de classe se dá de forma simultânea. A partir da exploração vivenciada, os trabalhadores sentem a necessidade de se organizar e encontram na religião católica ambiente propício para isso.

### 2.1 Valente: “A capital mundial do Sisal”

*E este nome Valente  
Surgiu de um boi valentão  
Que os vaqueiros enrabavam  
E ninguém tocava a mão  
A valentia do boi  
Fazia medo ao cristão.*

*E o tal boi, um destemido,  
A correr sempre na frente  
Seguido pelo vaqueiro  
Corajoso e diligente  
Jogou-se dentro de um tanque  
Que ficou “do boi valente”.*

*(...) no ano de dezenove  
Aqui chegou um sinal  
Nas mãos do senhor Pacífico  
A lavoura inicial  
Todos devem agradecer  
Ao fundador do sisal.<sup>3</sup>*

---

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Nelilton Ezequias. História do Distrito Vila de Valente (1850-1958). Valente/Bahia. 1991. Nelilton Oliveira, descendente da Barriguda, a fazenda que, supostamente, serviu de berço aos fundadores da cidade.

Os versos foram extraídos de um memorial sobre a cidade de Valente. Ele serve para introduzirmos a História do município que, desde sempre, tem a simbologia do seu nome atrelada a um boi considerado valente e que conheceu seu progresso por conta da introdução do sisal por volta de 1919.

O Município de Valente está localizado no estado da Bahia, limitando-se a leste e sul com os municípios de Conceição do Coité e Retirolândia, a oeste com São Domingos e ao norte com Santaluz. Faz parte da região do Semiárido baiano, onde o clima é quente e seco, a vegetação característica é a caatinga<sup>4</sup> e compõe, juntamente com 19 municípios, o “Território do Sisal”<sup>5</sup>. Por muito tempo, essa região foi considerada uma região com um leque de problemas: falta de terra para pessoas empobrecidas, de renda, de água, de alimentos, improdutiva, como um lugar atrasado, incivilizado, condenado a pobreza e a miséria com altos índices de êxodo rural<sup>6</sup>.

Concernente ao aspecto da formação histórica da cidade, as obras de memorialistas do município nos oferecem elementos interessantes para compreender o início do povoamento da cidade. Destacamos sua formação sob a visão de memorialistas que possuem características muito próprias.

A narrativa dos memorialistas em torno do povoamento e do nome que hoje a cidade carrega, está entrelaçada de uma perspectiva apologética da História, elogiosa às elites mandonistas locais, às grandes famílias, em especial os Motas e os Oliveiras. Galvão (2001) relata que o início da comunidade começou a partir da Fazenda Mato Grosso<sup>7</sup>, propriedade de Maria Gonçalves que, posteriormente mudou-se para Barriguda<sup>8</sup>, onde nasceu seu filho Possidônio Ramos. Já casado, construiu uma casa que seria a célula inicial do futuro Arraial de Valente. Logo depois seu irmão Vicente Feliciano e sua família seguiram seus passos onde montou uma casa comercial. Nessa perspectiva, Nelilton Oliveira (1991), por meio de cordel, confirma a versão de Galvão e traz novos elementos referente ao que era vendido na bodega de

---

<sup>4</sup> Estudo de caso: desenvolvimento sustentável da região sisaleira: Valente-Bahia / Maria Cristina Lima Verde; supervisão de Marlene Fernandes; coordenação de Carlos Alberto Silva Arruda. – Rio de Janeiro: IBAM, 2007, p. 5.

<sup>5</sup> O Território do Sisal está localizado no semiárido da Bahia, abrangendo 20 municípios: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Monte Santo, Lamarão, Queimadas, Retirolândia, São Domingos, Quijingue, Nordestina, Santaluz, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente- Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVIII – V. 2 - N. 34 - Agosto de 2016 - Salvador, BA – p. 535.

<sup>6</sup> Essa visão estereotipada sobre o Nordeste foi analisada por Duval Muniz de Albuquerque em “A invenção do Nordeste e outras artes”. ALBUQUERQUE, Durval Muniz. A invenção do Nordeste e outras artes. – 4. Ed. rev. – São Paulo: Cortez, 2009.

<sup>7</sup> Atualmente povoado de Valente.

<sup>8</sup> Atualmente povoado de Valente.

Vicente Feliciano, que continha produtos de subsistência trazidos a jegue de Conceição do Coité e Serrinha.

A partir da fundamentação mitológica a qual compreendemos o nome que hoje a cidade possui se dá pelo fato de que, segundo relatos, havia num lugar chamado Caldeirão, que hoje se encontra na sede do município, uma fonte de água rodeada de pedras que servia de ponto de parada dos boiadeiros para dar água ao seu rebanho.

Galvão (2001) relata que por volta de 1800, passando por esse Caldeirão uma grande boiada e dela desgarrou-se um touro valente. Foram então convocados muitos vaqueiros da região para reconduzirem o animal à boiada. Porém, fugindo dos vaqueiros, o touro atirou-se num precipício onde morreu afogado. Daí o nome da cidade, que antes foi Caldeirão do Boi Valente, até simplificar para Valente. No entanto, faz-se necessário destacar outras versões em torno do “mito do boi valente”. Em artigo publicado na revista *Geografares* (2010) a autora Alessandra Alexandre Freixo aponta duas outras interpretações nesse sentido:

1) acredita-se que teria havido um novilho que se desgarrou da boiada e se perdeu na caatinga. Durante anos, os vaqueiros tentaram pegá-lo, sem sucesso, pois sempre escapava. Um dia, foi levado para um curral nas proximidades de onde hoje é a cidade. O boi não teria aceitado ficar preso e, por sua valentia, lutou para fugir; não tendo conseguido escapar, jogou-se numa vala profunda e morreu; 2) certo dia, tentaram levar um boi para o matadouro, porém, a valentia desse ruminante surpreendeu a todos: ele não se entregou, lutou resistiu, fugiu, e foi morrer afogado numa aguada, como que por vontade própria. A aguada onde o boi teria caído ficou popularmente conhecida como “Caldeirão do boi valente” (FREIXO, 2010, p. 15).

Apesar das versões diferentes existentes, o mito do boi Valente nos faz pensar a ocupação do sertão a partir da pecuária. Carmélia Miranda (2006) ressalta que os currais e fazendas de gados geralmente se situavam próximo a lagos e rios impulsionando a conquista e a expansão sertaneja. “(...) a pecuária extensiva foi um dos instrumentos mais utilizados (...)”, por sua “(...) capacidade de penetração pelo interior adentro e pelos baixos custos (...)”, “chegando à Região do São Francisco no século XVIII” (CODES SISAL, 2010, p. 24-25, *Apud* SILVA, 2016). Além dessa estratégia, outras práticas políticas e econômicas foram utilizadas para a ocupação desse território como a grande propriedade de terra e o assistencialismo.

Referente ao aspecto de formação política, Valente pertencia ao município de Conceição do Coité. Em 1890, o povoado foi promovido à condição de Distrito de Paz e Policial e em 1958, Valente torna-se cidade, sendo desmembrada de Coité. <sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Lei N° 1.016 de 12 de agosto de 1958.

No entanto, a localidade teve que enfrentar as dificuldades dessa região. Como coloca Silva, “desde o final do século XIX, a sobrevivência no Território do Sisal é difícil e penosa, especialmente em virtude das secas e das carências de recursos naturais, econômicos e sociais” (SILVA, 2016, p. 156). Para tentar amenizar a situação da falta de água deu-se início a construção de um açude no distrito de Valente em 1919 que, após vinte anos de luta, foi concluído, considerado na época o terceiro mais importante no Estado da Bahia (GALVÃO, 2002).

A partir da leitura das obras dos memorialistas Galvão, Nelilton Oliveira e José Ramos Filho, este último de forma mais intensa, encontramos referências sobre a necessidade e a importância da construção do açude em Valente nos quais enfatizam os principais líderes nessa campanha como José Ramos de Oliveira, filho de Possidônio. No entanto, ao analisar as fontes iconográficas, observamos que a construção do açude foi feita majoritariamente a braço humano. Porém, os nomes dessas pessoas não aparecem nos relatos desses autores, ficando esquecidos e silenciados dentro da história do município.

A partir da visão desses autores, essa represa foi responsável pelo progresso da então vila que representou os primeiros passos para o progresso da cidade, pois em uma região onde a carência de água era forte sem alternativa de captação da mesma, o açude<sup>10</sup> proporcionou um bem estar à população e uma esperança de melhores condições de vida e fonte de renda, principalmente porque nesse momento houve a introdução do sisal<sup>11</sup> na região. Pinto (1969) coloca que devido a sua capacidade de retenção de água da chuva e do orvalho, constitui-se como uma planta ideal para as regiões semiáridas.

Em Valente, as primeiras mudas da planta se deram ao tempo em que se iniciou a construção do açude, por volta de 1919 e 1920. Os relatos dos três memorialistas se assemelham no que diz respeito à chegada do sisal em Valente através da figura de Pacífico. A princípio, a planta tinha a finalidade de embelezar o ambiente, posteriormente para separar as propriedades e guardar os animais dos agricultores. Somente a partir de 1936 é que a fibra começou a ser cultivada para comercialização. Marques (1978) destaca que

(...) a partir da década de 1930, (...) a cultura do sisal operou uma densa transformação social, criando riquezas, fixando populações, desenvolvendo a economia, criando finalmente uma civilização nova, onde dantes só reinava a

---

<sup>10</sup> Não sabemos ao certo a qualidade dessa água na época em que foi construída. Segundo nos relata Galvão, era potável e adequada para beber. Atualmente é contaminada.

<sup>11</sup> Segundo a EMBRAPA, o sisal (*Agave sisalana*) é originário na península de Yucatá, no México. A introdução do sisal no Brasil data de 1903, no estado da Bahia. Dá origem à principal fibra dura produzida no mundo, contribuindo com, aproximadamente, 70% da produção comercial de todas as fibras desse tipo.

descrença e a desolação. Por tudo isso, o sisal foi considerado a “planta redentora”, recuperando econômica e socialmente um vasto território que vivia em extremo pauperismo, com sua população flagelada pela pobreza e sujeita periodicamente aos êxodos rurais. A cultura do sisal conseguiu papel de destaque na Bahia entre 1938-1969, estimulada pelo governo Landulpho Alves e pelas condições favoráveis do mercado (MARQUES, 1978, p. 2-3. *Apud* SILVA, 2016, p. 156).

Segundo o autor, o sisal proporcionou a essa população reinventar seu espaço e criou alternativas de sobrevivência no sertão nordestino sem precisar necessariamente recorrer à emigração para os grandes centros urbanos, favorecendo uma transformação socioeconômica da região. Galvão (2002) afirma que, a partir de então, Valente e região passou a ser a expressão da riqueza e do progresso. A qualidade de vida da população melhorou de forma significativa com a construção de casas confortáveis e o surgimento de carros, estradas como também o dinheiro começou a fazer parte do cotidiano das pessoas.

Silva (2016) ressalta que a partir de 1940 o governador estadual Landulfo Alves começou a incentivar o plantio em larga escala importando a primeira máquina desfibradora. Com isso a região passou a ser chamada Região Sisaleira e, mais recentemente, Território do Sisal. É também nesse ano que se instalou a primeira usina de beneficiamento da fibra em Valente.

(...) do início do século XX até o ano de 1940, quando foi instalada a primeira usina de beneficiamento de sisal na cidade de Valente. Período que marca o início do plantio de sisal com objetivo explicitamente comercial; - nas décadas de 1940 e 1950, período que marca a consolidação das lavouras e o amplo incentivo ao plantio de sisal pelo então governador da Bahia Landulfo Alves (SILVA, 2016, p. 217).

Como observa Pinto (1969), a partir de 1946 a produção de sisal na Bahia aparece de forma crescente nas estatísticas. Segundo a autora, em 1947 a produção do estado foi de 2884 toneladas, das quais 2812 eram originárias das seguintes cidades do estado:

**Quadro 1: Quantidade de sisal produzido na Bahia**

Santa Luz	1800 ton.
Conceição do Coité	387 ton.
Nova Soure	366 ton.
Monte Santo	127 ton.
Queimadas	94 ton.
Uauá	27 ton.
Itiúba	11 ton.

Fonte: Revista Brasileira de Geografia, v. 31, n. 3, p. 3-102, 1969.

Percebemos que a cidade de Valente não aparece na tabela, pois nesse período ainda era Vila de Conceição do Coité. Possivelmente a quantidade de sisal produzida na então vila estava contabilizada junto à de Coité que, em 1958, atingiu 25562, mas com o desmembramento de certas cidades, em 1959, fez com que houvesse uma queda de produção de sisal nessa cidade, contabilizando 18000 toneladas, enquanto Valente produziu 9900 toneladas e, em 1965, 11000 toneladas.

Aliás, um dos fatores que justificavam a possibilidade de Valente tornar-se independente era a sua grande produção de sisal. Em carta oficial endereçada ao Presidente e membros da Assembleia Estadual da Bahia, encontramos detalhes sobre o desejo dos representantes da localidade de tornar esta emancipada de Conceição do Coité, na qual traz alguns argumentos que faziam o Distrito capaz de “caminhar sozinho”. Dois deles eram a quantidade de habitantes no local e a quantidade de sisal exportado:

No instante feliz em que o problema da criação de novos municípios empolga a opinião pública da Bahia, especialmente pelos seus dignos representantes, ciosos de vê-la enquadrada na realidade brasileira, (...), nós abaixo-assinado, representando o povo do distrito de Valente, não podíamos quedar indiferentes a tão palpitante assunto (...) pelo que vimos, através do presente memorial, reiterar o nosso apelo, formulado em 11 de agosto de 1947, no sentido de criação do município de Valente, em prol do qual alvitramos os seguintes motivos: o censo de 1950 o distrito de Valente, possuía uma população de cerca de 10.000 habitantes, estimando-se atualmente (1952) essa população em 12.500 pessoas, 2.000 na zona urbana e 10.500 na rural. (...) o distrito de Valente é sem dúvida o maior centro produtor de sisal da Bahia (...) sendo que somente no ano de 1951 exportou 1.299.450 quilos de sisal, no valor de Cr. \$ 9.153.702,00. O futuro município de Valente acha-se enquadrado nas condições exigidas à sua emancipação e não afetará a existência de Conceição do Coité (Representantes do Distrito de Valente [Carta] 1952, Valente [para] Presidente e membros da Assembleia Estadual da Bahia, Salvador. 2f.).

O anseio de tornar a cidade emancipada se devia ao fato da grande quantidade de sisal exportada o que, para os representantes do então distrito, seria garantia de desenvolvimento e

progresso econômico para a população valentense. Contudo, podemos supor que essa riqueza não chegou a todas as classes. Um dos primeiros aspectos que sugere isso é que o índice de pobreza era de 56%, a estrutura de propriedade era altamente concentrada, com predominância de pequenos produtores que ocupavam uma área de 145 do total cultivado (SILVA e outros, 1993; BATISTA, 1994, *Apud* TEIXEIRA, 2000). A seguir poderemos acompanhar mais de perto a exploração que essas pessoas eram submetidas no que diz respeito ao cultivo do sisal.

## 2.2 A experiência da exploração

É de fundamental importância compreender as condições de vida e de trabalho dessas pessoas que, através da sua força de trabalho, consagraram e elegeram Valente como a capital do sisal. Nessa sessão poderemos visualizar as experiências em comum sobre a exploração no trabalho nos campos de sisal e nas condições de vida daqueles que dependiam desse ofício para sobreviver durante a década de 1970. A grande maioria dos moradores valentenses era composta por trabalhadores rurais que, direta ou indiretamente, tinham o cultivo da planta como forma de rentabilidade. É o que nos relata o depoimento a seguir:

Eu trabalhei sempre na roça em motor de sisal. Era meu trabalho desde criança. Com sete anos de idade já comecei pegar firme no motor por que naquele tempo a gente tinha que trabalhar mesmo porque a situação era braba<sup>12</sup>.

Seu Ivo Ferreira, primeiro presidente da APAEB em Valente, quando se refere à década de 1970, nos permite perceber a inexistência de alternativas para os trabalhadores rurais garantirem sua sobrevivência, e o trabalho com o motor de sisal permeia por toda sua vida, desde sua tenra idade. Aliás, a utilização da mão de obra infantil era recorrente nessa atividade, claramente colocada pelos outros entrevistados, na qual as dificuldades financeiras “obrigavam” vários membros de uma mesma família a trabalhar e os donos de motor aproveitavam para explorar.

Segundo Nascimento (2016), a maioria desses trabalhadores dedicava-se ao primeiro beneficiamento que acontecia na fase rural do seu processo de produção. Nessa fase as folhas da planta eram cortadas e levadas até uma máquina que era extraída a fibra e colocada em varais para secar. Esse processo ocorria nos campos de sisal tendo como o principal meio de produção

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida por Ivo Ferreira de Oliveira, 73 anos, no dia 10 de agosto de 2018, na cidade de Valente-BA.

a máquina desfibradora conhecida como “paraibana” ou “motor”. A sua utilização leva a necessidade da organização mediante a divisão do trabalho. A mão de obra contratada pelo dono do motor era constituída por cinco trabalhadores. Na tabela a seguir podemos visualizar suas ocupações e seus respectivos rendimentos:

**Quadro 2: Distribuição das ocupações nos campos de sisal**

OCUPAÇÃO	TAREFA	VALOR/KG PRODUZIDO (NCr\$) <sup>13</sup>
Maquinista/Cevador	Preparo da fibra	0,008
Cortador	Cortes das folhas	0,007
Carregador	Transporte da fibra em direção à usina	0,006
Resideiro	Retirada de resíduos	0,005
Campista	Colocação das fibras nos secadores	0,002 a 0,003

Fonte: Revista Brasileira de Geografia, v. 31, n. 3, p. 3-102, 1969.

Característico do processo manufatureiro há aqui uma cooperação direta de todos os cinco membros que desempenham funções diferentes com o objetivo de gerar um produto final. A quantidade de sisal desfibrado deve ser fornecida num determinado prazo, e por isso o trabalho é dividido se configurando “num mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos” (MARX, 2017, p. 413). Por meio dessa divisão, produz-se mais em menos tempo, a força do trabalhador é aumentada e seu ofício é gradualmente aperfeiçoado. Ao observar a tabela, compreendemos também que havia uma hierarquização das tarefas e suas remunerações eram diferentes.

Esse tipo de remuneração não tinha uma jornada de trabalho fixa e isso supria a regulamentação dos horários de trabalho se convertendo num mecanismo de obter a mais-valia absoluta pelo dono do motor, pois, os baixos salários “obrigavam” os trabalhadores a aumentar seu tempo de trabalho necessário objetivando uma renda maior pelos seus serviços. Seu Ivo nos contou sobre a jornada de trabalho.

<sup>13</sup> Cruzados Novos, moeda brasileira que circulou no Brasil entre 1967 a 1970.

Naquele tempo a jornada era braba. A gente trabalhava para sobreviver, tinha que trabalhar. Era dois dias por um. Todos os dias, duas para três horas da manhã tinha que virar o motor. Era pouco tempo [de descanso], de 9 da noite a 3 da manhã<sup>14</sup>.

O depoente narra a exploração sofrida no que tange as prolongadas jornadas de trabalho em torno do cultivo do sisal que segundo Silva (1993), apesar de não ser fixada, chegava a durar dez horas diárias com uma pequena interrupção de uma hora para o almoço. O dono do motor explorava a força de trabalho além do limite normal, o que Marx chama de “mais trabalho”. Isso acontece porque, segundo o autor, “a variação da jornada de trabalho se move no interior de limites físicos e sociais, porém ambas são de natureza elástica e permitem as mais amplas variações”. E acrescenta que “o capitalista tem sua própria concepção o limite necessário da jornada de trabalho” (MARX, 2017, p. 306-307). Mesmo com essa jornada diária, os trabalhadores passavam por dificuldades financeiras. Seu José de Abreu, primeiro sócio do STR, fez observações a esse respeito.

Trabalhava na roça com o sisal que eu comecei tirando bagaço e cortando, depois passei a desfibrar. Era um pouco apertada. Era uma medida que quem estava dando conta da roça era a mulher e as filhas e acontecia de dever. Eu plantei trinta tarefas de sisal porque foi chegando de pouco a pouco e sempre quando eu tirava era para pagar bodega, débito de bodega da feira que fazia<sup>15</sup>.

O relato do depoente nos faz entender que, durante sua trajetória, sua principal fonte de renda era o trabalho com o sisal e nele desempenhou várias funções. Mas que esse ofício não lhe proporcionava uma vida econômica tranquila, apontando as dificuldades que passava junto a sua família, pois, o valor recebido pelo trabalho era destinado somente para quitar dívidas adquiridas com produtos de subsistência. As dificuldades eram acentuadas, pois “a exploração da lavoura do sisal no Brasil (...), teve como traço marcante o desrespeito à legislação o trabalhista vigente, em especial, na fase de colheita, (...) sem carteira assinada” (NASCIMENTO, 2016, p. 39). Os trabalhadores eram contratados pelo dono do motor de forma verbal que estabelecia todos os detalhes de pagamento que, geralmente ocorria por semana levando em consideração a produção diária de sisal, se aproveitando das sérias necessidades pelas quais a população local passava.

Trabalhar no motor também implicava o enfrentamento diário da ausência de segurança em qualquer das tarefas as quais eram exercidas sem proteção como máscaras, apesar de que

<sup>14</sup> Entrevista com Ivo Ferreira. Ver nota 12.

<sup>15</sup> Entrevista cedida por José Salustiano de Abreu, 90 anos, no dia 9 de abril de 2018, na cidade de Valente-BA.

eles mesmos usassem luvas improvisadas e o máximo de roupa possível (SILVA, 1993). Dessa forma, os trabalhadores tentavam se proteger das alergias (pelo contato com a planta), mas, por ser uma atividade desempenhada no campo, em lugares de difícil acesso e altas temperaturas, a quantidade de tecido fazia com que exercessem a atividade de forma desconfortável. Além disso, corriam o risco de perder a audição em decorrência do ruído da máquina e, na pior das hipóteses, perder sua mão ou braço na máquina desfibradora.

Uma vez introduzido nessa máquina, a palma verde é sugada até a mão do operador [ou maquinista], que rapidamente retira a palma e a introduz pela outra extremidade, realizando 4.000 movimentos por dia. Esta operação requer e obtém toda a atenção do operador, sob pena de o mesmo se transformar em mais um mutilado (SILVA, 1993, p. 40).

Dessa forma, além da tentativa de obter a mais valia absoluta com jornadas de trabalhos prolongadas, o lucro do dono de motor era aumentado pela intensidade do trabalho que a máquina possibilitava, acarretando, muitas vezes, a mutilação. E, de acordo com Pinto (1969), a assistência social não atingia o trabalhador do sisal, pois ele ganhava por tarefa e se ficasse doente não recebia nenhum pagamento, não tinha nenhuma garantia e, caso mutilado, não recebia aposentadoria. O relato de Ivone Gonçalves, que participou ativamente do movimento social em Valente quando ainda adolescente e que posteriormente assumiu funções de destaque na APAEB-Valente, destacou o seguinte:

A Previdência Social não aposentava o mutilado do sisal. Eles diziam que foi mutilado no motor, foi mutilado numa fábrica. Só que a lei não tinha concepção de que a máquina paraibana, como é considerada por lei, é a primeira indústria agrícola na época da nossa região. Era a primeira indústria agrícola <sup>16</sup>.

A Previdência Social não se sentia responsabilizada por aposentar o mutilado, visto que a máquina desfibradora era considerada um meio de produção integrante de processo fabril, logo, a responsabilidade caberia ao “dono da fábrica”, ou seja, o dono do motor. Isso também não acontecia e os mutilados ficavam isentos da seguridade de seus direitos e, pela necessidade, muitos continuavam a trabalhar mesmo sem algum membro do corpo. O único direito que o mutilado possuía, caso o motor fosse assegurado, era o de receber indenização (Pinto, 1969). Estas eram umas das características que transformavam o trabalho nos campos de sisal num dos mais desgastantes.

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida por Ivone Gonçalves de Oliveira, 56 anos, no dia 08 de agosto de 2018, na cidade de Valente-BA.

Do ponto de vista da saúde dos trabalhadores rurais, os acidentes poderiam ser vistos como a face aguda de um problema dessa atividade econômica, pois, se tratando de lugares distantes da zona urbana, caso fossem acidentados, não dispunham de assistência médica com rapidez<sup>17</sup>. Mas, se o maquinário representava uma ameaça à saúde e a integridade dos trabalhadores, em especial, do maquinista, isso se devia ao fato de que o objetivo principal era a intensificação do ritmo de trabalho.

Em fins dos anos 1940 e início de 1950, o sisal em Valente já era uma atividade econômica intensa e isso lhe assegurava, possivelmente, condições necessárias de se desenvolver principalmente porque o número de moradores do então distrito era majoritariamente da zona rural, dispondo de mão de obra abundante o que a cultura do sisal precisava para florescer. Essa tendência se estende até a década de 1980 de acordo com a tabela abaixo.

**Quadro 3: População residente em Valente (1952-1991)**

	1952	1960	1970	1980	1991
Rural	10.500	10.444	13.434	16.4972	11.392
Urbana	2.000	2.220	3.599	4.972	6.438
TOTAL	12.500	12.664	16.993	21.791	17.890 <sup>18</sup>

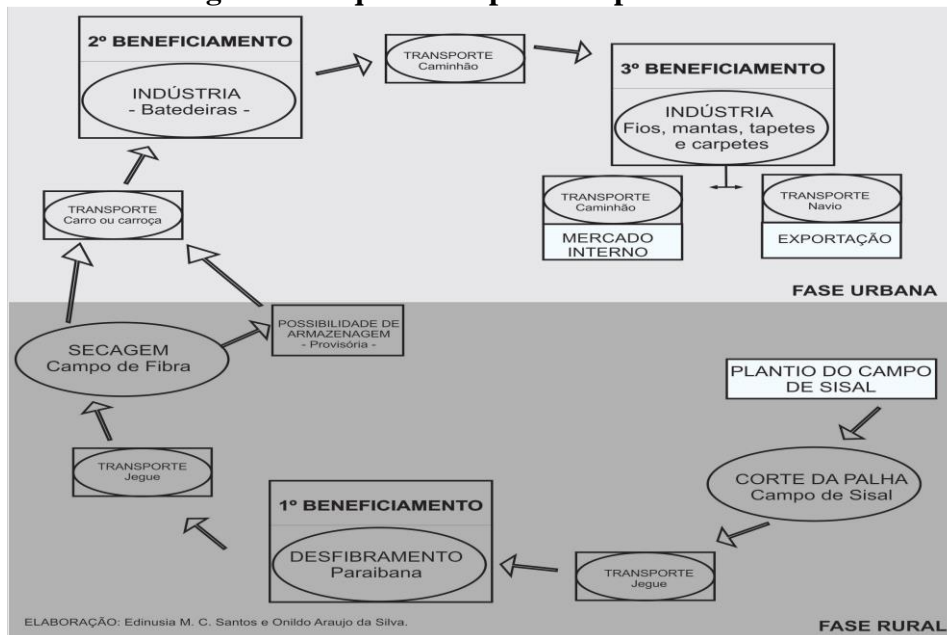
Fonte: Arquivo Municipal de Valente; IBGE. Censo Demográfico de 1960. Bahia. Rio de Janeiro, 1960; IBGE. Censo Demográfico de 1970. Bahia. Rio de Janeiro, 1970; IBGE. Censo Demográfico de 1980. Bahia. Rio de Janeiro, 1980; IBGE. Censo Demográfico de 1991. Bahia. Rio de Janeiro, 1991.

Como se pode notar, durante cinco décadas, a população de Valente foi majoritariamente moradora do campo onde acontecia a sua primeira fase de beneficiamento que era a colheita. Todavia, o cultivo do sisal também dependia do processo na zona urbana aonde o sisal chega à bateadeira e, de lá, vendida como matéria-prima para outras regiões. A divisão dessas duas etapas pode ser mais bem visualizada a seguir:

<sup>17</sup> Segundo o jornal *Tribuna da Bahia* de maio de 1992, até o início da década de 90, 1500 trabalhadores de Valente haviam sido mutilados em máquinas de desfibramento de sisal.

<sup>18</sup> A quantidade de habitantes diminuiu expressivamente, pois, em 1989, São Domingos tornou-se independente de Valente. Lei N° 5.183 de julho de 1989.

**Figura 1: Esquema do processo produtivo do sisal**



Fonte: Mercator, Fortaleza, v. 16, e16029, 2017.

Mediante a divisão dessas duas etapas de produção do sisal podemos observar o contraste social que essa atividade econômica também gerou: de um lado a produção de riqueza e, de outro, trabalhadores explorados pela má distribuição de renda e pelas condições de trabalho. Nascimento (2016) acentua que

(...) a fibra do sisal costumava ser comprada pelos chamados atravessadores, como grandes proprietários rurais e donos de batedeiras. Esses sujeitos intermediavam a comercialização com as empresas exportadoras situadas em Salvador, já que o principal destino era o mercado externo, e dispunham de capital suficiente até para financiar a fase da colheita daqueles produtores que sequer tinham condições de fazê-la e, com isso, asseguravam exclusividade na compra da fibra por um preço ainda mais baixo (NASCIMENTO, 2016, p. 40).

A fonte icnográfica é reveladora e permite detectar certa satisfação e ostentação das pessoas ao se exibirem na frente de um carro carregado de sisal, datada de 1948 em Valente, e fazer algumas análises acerca das desigualdades sociais geradas na época.

**Foto 1: Carregamento de fibras de sisal. Produto da Vila Valente, 1948.**



Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal

É importante compreender que as realidades históricas de determinadas cidades e seus habitantes não se dão de forma isolada, mas fazem parte de contexto histórico mais amplo. Nesse ano, foi anunciada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nela, são enumerados

os direitos que todos se humanos possuem. “(...) o documento, que se queria universal, era uma resolução manifesta ao clima político e social que o mundo vivenciava no pós-guerra”. Entretanto, “(...) seu conteúdo (...) não foi traduzido, nem de longe, para a vida cotidiana da imensa maioria da população universal. Nem após a sua publicação em fins de 1948, nem no alvorecer do século XXI” (SGHOLZ, 2017, p. 224).

A partir da análise da fotografia podemos compreender que nem todas as pessoas conseguiram usufruir da riqueza gerada por meio da exploração do cultivo do sisal em Valente, na qual vemos duas mulheres brancas aparentemente felizes à frente de um carro carregado de sisal, exibindo elementos luxuosos para a época como vestidos, relógios e sapatos. Supostamente, essas mulheres possuem algum tipo de relação com o dono do automóvel e, possivelmente, da bateadeira que lucra como atravessador. No segundo plano, uma mulher e um homem negro com um posicionamento mais retraído e uma expressão facial descontente ao tempo em que, em cima do transporte, aparecem dois homens negros, provavelmente empregados do dono da bateadeira, revelando uma divisão de classe no seio dessa atividade econômica.

Nesse período, o Brasil experimentou sua primeira experiência de regime democrático na qual houve a promulgação da Constituição Federal em 1946 que “ênfatisou a reconquista do sufrágio universal e o restabelecimento da inviolabilidade dos direitos referentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade” (SGHOLZ, 2017, p. 227). Em contrapartida, o cultivo do sisal nasce utilizando a terra concentrada nas mãos de poucos, pois encontrou condições propícias para o seu progresso como o incentivo do Estado, terras adequadas e baratas e mão de obra excessiva (SILVA, 2017). Ou seja, a prosperidade gerada em torno da “planta redentora” permaneceu distante da realidade da maioria das pessoas se caracterizando não apenas como “ouro verde”, mas também como “a fibra da servidão” (BAHIA, 2001. *Apud* SILVA, 2016, p.554).

Mas, se nessa sessão estamos enfatizando a dimensão da exploração na experiência dos trabalhadores, é fundamental analisar a contraditória positividade da partilha de territórios comunitários no que tange a criação de uma identidade entre os diversos sujeitos da classe trabalhadora rural das comunidades de Valente. Nesse sentido Ivone Gonçalves esboça alguns pontos de encontro em que era possível formar redes de sociabilidade.

Nós tínhamos as atividades da igreja, as orações, as Campanhas da Fraternidade e as atividades do Natal, as Novenas. O que tinha de festa, além disso, seriam as nossas festas culturais: a bandeira, o Boi Roubado com a Bandeira, o Reisado, Bumba Meu Boi, o Samba e a Cantiga de Roda. Esses

cinco aspectos culturais que sempre permeava nas entranhas desse cenário na época. O Boi Roubado que era um mutirão. Por exemplo, era época de produção, então na época do plantio roubava um boi para preparar a roça para plantar. Todas as pessoas da comunidade iam para a roça de uma pessoa preparar a terra. Por exemplo, a roça é sua. Aí como eu sabia que você tinha pouca gente para trabalhar ou imaginava aí juntavam-se outros colegas e a gente roubava um boi. Quando todo mundo começava a trabalhar lá onde tinha 8 ou 10 pessoas, chegava 20 homens para trabalhar. Daí eles trabalhavam e cantarolavam o dia inteiro, cantando chula, batuque. Sempre rolava uma pinguinha para cortar o suor e na hora do almoço rolava a bandeira. A gente fazia as bandeiras. A bandeira que ficava na casa e a bandeira que levava para a roça. A função das moças era levar a bandeira na roça para os homens já virem cantando. A gente ficava em casa. Levava, dava para eles e a gente ficava em casa e cantando esperando eles. Isso era a festa do Boi Roubado e era muito lindo <sup>19</sup>.

Encarado do ponto de vista das redes de sociabilidade ali tecidas, a casa dos moradores ou aquelas que estavam em construção eram local de moradia ou espaço de trabalho e ao mesmo tempo de troca cotidiana de experiências culturais e religiosas que lhe conferiam identidade própria. Em especial, a festa do Boi Roubado estava diretamente associada ao “mundo do trabalho”. Esses espaços se transformavam também em pontos de abastecimento cultural da população moradora da zona rural e produtora da fibra da *agave sisalana*.

O sisal de Valente era exportado gerando renda para os seus proprietários de terra que, após a usina, passou a ser explorado pelos agricultores consagrando a cidade como “Capital Mundial do Sisal”. Na tabela a seguir podemos constatar que, dentre os três municípios com maior produção anual de sisal em todo o país no Censo Agrícola de 1960, Valente é apontada na primeira posição.

**Quadro 4: Cidades produtoras de sisal em 1960**

CIDADE	QUANTIDADE (t)
Valente	369.791
Conceição do Coité	303.832
Santa Luz	268.983

Fonte: Censo Agrícola de 1960. Bahia. Rio de Janeiro, 1960.

A cidade experimenta esse progresso até a década de 1970 quando o produto começa a entrar em crise. Segundo Silva,

Entre 1946 e 1973, a produção de sisal na Bahia cresceu de 234 t/ano para 133.992 t/ano. Ou seja, uma expansão de 57,161% na produção em apenas 27 anos. (...) A partir de 1975, a cultura do sisal entra em crise, tendo sua

<sup>19</sup> Entrevista com Ivone Gonçalves. Ver nota 16.

produção reduzida até 1997 em quase 60%. Essa decadência aconteceu em função da entrada no mercado de “substitutos sintéticos” (fios de polipropileno), da concorrência de produtos (de sisal) africanos, da expansão exagerada da oferta em relação à demanda e do fechamento das fábricas europeias que utilizavam fibras de sisal como matérias (SILVA, 2016, p. 157).

Dessa forma, as dificuldades que predominavam na vida dos camponeses até 1930 reapareceram com força. É nesse espaço que novas mobilizações sociais e políticas, impulsionadas e organizadas na esteira do protagonismo dos leigos nas pastorais sociais da Igreja Católica, influenciada pelas leituras populares libertadoras da Bíblia, pela pedagogia da libertação e a TdL vão ressignificar o cotidiano dessas pessoas por meio de práticas organizativas em Valente onde a sociedade civil inicia sua luta com a tomada do SRT, posteriormente, com o apoio do MOC abriu caminhos para a fundação da APAEB, que no caso de Valente, vai impulsionar a valorização do sisal. As experiências em comum vivenciadas pelos trabalhadores rurais levariam os militantes a defender a organização da classe e sua ação coletiva pra conquistar melhores condições de trabalho e encontrou na religião ambiente propício para pensar novas possibilidades de mudança.

### **2.3 A Igreja Católica e o imaginário de libertação social**

Na tentativa de tecer narrativas sobre a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em torno de uma associação a partir de 1980, faz-se necessário nos reportar a década de 1970, a qual foi palco de ações iniciais da Igreja Católica por meio de círculos bíblicos. Não podemos afirmar com total certeza que foi a partir de então que os trabalhadores começaram a se organizar. Mas, mediante as fontes coletadas e o cruzamento entre elas podemos perceber que foi a partir dos anos 1970 que uma compreensão política por parte destes ganhou força nos anos seguintes.

O engajamento de religiosos às questões sociais ganhou força a partir dos anos 1960 por meio de um movimento social das pastorais sociais e dos leigos católicos que provocam o surgimento de uma reflexão teológica libertadora como resposta de teólogos e teólogas, clérigos católicos e protestantes ecumênicos que buscam assessorar os movimentos leigos. Compreendia setores tanto da Igreja Católica como organizações religiosas, pastorais de ordem popular e as Comunidades Eclesiais de Base. O movimento adquiriu impulso, pois o Papa João XXIII e o Concílio do Vaticano II legitimaram e regularizaram essas novas tendências, criando o ponto de partida para uma nova era na trajetória da Igreja (LOWY, 1991). Na entrevista ao

ex padre Luciano Cason <sup>20</sup>, um dos principais líderes religiosos em Valente e na região nesse período, podemos comprovar a adesão de membros da Igreja Católica baiana à causa dos pobres e trabalhadores:

(...) quando a classe dirigente de Santa Luz e Valente chegaram até a fazer um abaixo assinado para tirar a gente, mandaram para o bispo. O bispo: “que posso dizer?” Todo ano quando o bispo vinha na festa de Valente em janeiro ou de Santa Luz em dezembro. Ele vinha de véspera, e na noite antes da festa, ele gostava de se reunir com as lideranças, catequistas, animadores, ministros e lideranças da área rural. Quando chegava lá ficava empolgado com esse trabalho rural, a organização, as pequenas ações que fizeram, o avanço. “Porque tenho que tirar ele? Porque não mudar?”. Então a gente tinha apoio (do bispo). Quando ele voltava lá para a diocese ele tinha um programa de rádio e começava a elogiar <sup>21</sup>.

Apesar da objeção por parte das classes mais influentes nas cidades de Valente e Santa Luz, o bispo<sup>22</sup>, ao tempo em que foi testemunha ocular do trabalho que o líder religioso, junto dos trabalhadores, estava desempenhando nas comunidades rurais e que estava resultando em ações positivas para a população menos favorecida, não encontrava motivos para ir de encontro, se mostrando a favor da causa.

A diversidade de tendências no seio da Igreja latino-americana permeia desde grupos com tendências ultrarreacionárias, conservadoras, reformista e modernista até uma minoria mais próxima da TdL e dos movimentos populares.

O aparecimento de uma tendência dentro da Igreja Católica rompendo com um longo período de conservadorismo, a partir de 1960, se fazia necessário para que esta mantivesse sua influência e sua soberania. Diante da crise financeira que estava passando, além do aumento da concorrência com outras ideologias religiosas e políticas, essa instituição que, apesar de possuir o maior número de seguidores no Brasil, sentiu a necessidade de tentar se “modernizar”, voltando a sua atenção para as classes subalternas (LOWY, 1991).

Somado a esses fatores, é necessário analisar o contexto sócio-político da América Latina no mesmo período: a partir dos anos 1950 o continente começa a industrializar-se, estimulando a dependência e o êxodo rural, o crescimento das cidades e da classe trabalhadora como também as desigualdades sociais. Outro fator agravante foi a Revolução Cubana de 1959, que inaugurou na América Latina um período marcado pelas lutas sociais, com a aparição de

---

<sup>20</sup> Luciano Cason nasceu na Itália, mudou-se para o Brasil e atuou nos movimentos sociais em Valente entre 1973 a 1982 junto aos trabalhadores rurais.

<sup>21</sup> Entrevista concedida por Luciano Cason, no dia 14 de Fevereiro na cidade de Salvador-BA.

<sup>22</sup> A identidade do bispo não foi revelada nos relatos de Cason.

movimentos de guerrilha e a sequência de golpes de Estado militares. Essa conjuntura criou condições propícias para que a Igreja Católica voltasse a sua atenção para os trabalhadores alvos de injustiças e desigualdades que lhes atingiam de forma caótica (LOWY, 1991). É importante lembrar que setores conservadores da Igreja Católica e evangélicos apoiaram o Golpe Civil Militar de 1964. A virada para a defesa dos trabalhadores vem dos movimentos de leigos ligado às pastorais sociais e setores progressistas dentro da igreja e da hierarquia.

Sobre esse mecanismo de resistência e enfrentamento, no qual o termo “pobre” ganha um novo sentido, entendido agora não como objeto de caridade, mas como sujeito da história, que compreende seu espaço e buscam meios de contornar suas dificuldades, Leonardo Boff (1976) coloca:

A consciência aguda dos mecanismos que mantem a América Latina no subdesenvolvimento como dependência e dominação levou a falar em libertação. Essa categoria libertação, correlativa com outra dependência, articula uma atitude nova no enfrentamento com o problema do desenvolvimentista. (...) A categoria libertação implica uma recusa global do sistema desenvolvimentista e uma denúncia de sua estrutura subjugadora (BOFF, 1976, p. 17 *Apud* KUZMA, 2012, p. 36).

Num momento em que a população pobre sofre a opressão e dominação pelo incentivo à industrialização, cria condições para que este, insatisfeito, busque soluções viáveis para desviar-se do que lhe aflige. Na América Latina, a opressão foi intensificada com o avanço do capitalismo, após a segunda Guerra Mundial. As atividades econômicas foram relocadas para os grandes centros urbanos, que aumentam a exploração da força de trabalho e deixam a população rural sem muitas oportunidades de se desenvolver. Quando a insatisfação popular não é contida pelos regimes liberais, recorria-se para o regime ditatorial. As classes dominantes aumentavam sua exploração em cima da população pobre e usavam os meios de comunicação para criar uma ideia de desenvolvimento que crescia à custa da exploração estabelecida por conta da concentração de renda devido ao sistema capitalista (LIBÂNIO, 1987).

Segundo Libânio (1987), toda dependência econômica e opressão deram suporte para o movimento e ideia de libertação. Antes do Golpe Civil-Militar em 1964 houve a intensificação de movimentação popular em torno da reforma agrária e à atividade dos sindicatos nas lutas políticas. Essa conjuntura criou um entusiasmo nas concepções políticas latino-americanas. O golpe mudou essa dinâmica na qual os movimentos sociais perceberam grande repressão. No entanto, a população não se calou, mas se organizou como puderam na luta contra o sistema. Nesse momento surgiram vários movimentos sociais populares que não encontraram espaço

livre nos antigos órgãos e encontrando apoio na igreja. É nesse contexto de aviltamento que surge a Teologia da Libertação.

Hill (1993) enfatiza que, para os teólogos da libertação do continente latino-americano o tema-chave é a solidariedade para com os pobres e oprimidos e a luta contra os “faraós deste mundo”, fazendo alusão às classes que detém o grande capital financeiro, colocando a camada pobre em situação de desigualdade mediante a exploração sofrida.

Num contexto de ditadura militar brasileira com a justificativa de defender o sistema capitalista que estava sob ameaça devido ao crescimento de movimentos sociais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ofereceu seu total apoio ao golpe de Estado. Porém, ao tempo em que uma repressão contra membros da igreja se fortalece, essa instituição começou a se colocar em oposição às formas de violação em objeção aos direitos dos cidadãos. Em outras palavras, a partir de 1970 a Igreja Católica se mostrou como uma forte opositora do regime militar no Brasil (LOWY, 1991). Mas vale ressaltar que no interior da igreja havia os conservadores, que se mantinham aliados ao regime e os progressistas.

Para além de uma oposição ao regime ditatorial, para Lowy (1991) ela também mostra suas críticas ao sistema capitalista responsabilizando-o pela expulsão de trabalhadores do campo devido a sua penetração nesse espaço, resultando na crescente dependência econômica e nas desigualdades sociais. Nesse período que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>23</sup> ganharam força com a ajuda de padres e bispos radicais eclodindo a Teologia de Libertação brasileira.

---

<sup>23</sup> Uma CEB é um grupo pequeno (com uma média de 15 a 25 participantes) que geralmente se reúne uma vez por semana, usualmente para discutir a bíblia e sua relevância face às questões contemporâneas. Seus membros são responsáveis pelas cerimônias religiosas do grupo, assim como por muitas decisões. Nos relatos não encontramos referência a essa nomenclatura, e sim ‘círculos bíblicos’, na qual compreendemos possuir o mesmo significado em sua forma de praticar.

### 3 “COMEÇAMOS O TRABALHO SOCIAL AQUI EM 73”: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

Este capítulo busca dar conta da organização da classe trabalhadora que procurou se mobilizar a partir de movimentos coletivos com o intuito de defender seus interesses, constituindo caminhos para a tomada de uma consciência de classe com o engajamento de líderes católicos que vão estimular a organização dos agricultores por meio de círculos bíblicos. Essas ações coletivas deram impulso significativo e possibilitaram que os trabalhadores compreendessem que seu poder estava para além das mobilizações nas comunidades rurais o que os levou a “tomada” do STR abrindo caminhos para o surgimento da APAEB.

#### 3.1 “Fazia a leitura da Bíblia na vida da gente e com isso fomos descobrindo nossos direitos”

Acerca do início dos trabalhos eclesiais em Valente e cidades circunvizinhas como Santa Luz<sup>24</sup> e São Domingos<sup>25</sup>, o depoimento do então padre à época da paróquia, Luciano Cason, nos permite compreender a gênese do trabalho de base religiosa com teor político nas comunidades rurais da região:

(...) naquele tempo Valente e Santa Luz era paróquia da diocese de Feira de Santana e não tinha esse trabalho que nós tentamos demonstrar na nossa região. Porque que a maioria dos padres não estavam muito preocupada em desenvolver um trabalho de consciência dos trabalhadores (...). Então a gente pediu ao bispo para formar uma pastoral dentro da diocese que iniciaria ali em Santa Luz e que podia depois espalhar para outros lugares para ajudar as comunidades rurais dentro da pastoral rural. (...) e ai começava a fazer um trabalho nas comunidades. (...) eram em lugares onde tinha menos presença de fazendeiros, políticos, delegados, onde tinha um trabalho um pouquinho mais livre. Ai nós, logo que possível, criamos um espaço próprio para a gente reunir as lideranças dessas comunidades na medida em que essas comunidades começavam a crescer e a maneira da gente trabalhar não era o padre na frente. Era um padre que criava condições, estímulo para o pessoal se encontrar, falar dos seus problemas, das suas dificuldades, e começar sentir que tinham valor, que são gente. Que pode se tornar protagonistas na medida em que começaram a fazer pequenas ações, pequenas ações <sup>26</sup>.

<sup>24</sup> O município fica localizado no nordeste do estado da Bahia, no semiárido, a aproximadamente 267 km de Salvador.

<sup>25</sup> A cidade fica situada no hoje denominado Território do Sisal, a 257 km da capital baiana.

<sup>26</sup> Entrevista a Luciano Cason. Ver nota 21.

A partir do seu depoimento, podemos compreender de forma mais clara que o objetivo principal dos padres envolvidos nesse movimento de libertação era despertar uma consciência política entre os trabalhadores rurais por meio de uma metodologia diferente. Assim, o combate à exploração capitalista era uma das características desse movimento. Erenita Oliveira, moradora do povoado de Papagaio, zona rural de Valente, foi uma das mulheres envolvidas no movimento que era majoritariamente direcionado por homens, e que esteve presente em todo processo histórico que essa pesquisa examina. Participou da primeira reunião em 1973 em Valente se tornando uma das principais animadoras dos círculos bíblicos na cidade e, posteriormente ocupou o cargo de diretoria da APAEB onde atualmente trabalha. Sua fala nos dá suporte para analisar o quão significativo foi o trabalho do líder religioso junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que se inicia na comunidade do Papagaio:

Começamos o trabalho social aqui em 73. A primeira reunião aqui na comunidade foi em 73 estudando o valor da enxada e da caneta, quem trabalhava na enxada quem trabalhava na caneta. E com isso a gente foi se reunindo e discutindo. (...) fazia a leitura da Bíblia na vida da gente e com isso fomos descobrindo nossos direitos porque até essa época ninguém sabia de direitos nenhum (...) nada de direito <sup>27</sup>.

O cruzamento de fontes é pertinente para uma compreensão no que diz respeito a narrativas que tocam o cotidiano das pessoas, suas formas de viver e de ver o mundo. O impacto da gênese desse movimento no interior da Bahia a partir do ponto de vista tanto das pessoas comuns, que fazem e que fizeram parte daquele espaço, como também aqueles que chegam e são considerados “líderes” dessas ações, se mostram de formas diferentes.

O relato de Erenita é significativo, pois demonstra marcas deixadas no passado, a partir de sua memória, no qual o trabalho nos círculos bíblicos foi um divisor de águas, pois antes dele os trabalhadores viviam num período marcado por um desconhecimento de “mundo”. Os trabalhadores desconheciam seus direitos e, conseqüentemente, não tinham justificativas que lhes dessem suporte para reivindicá-los. Luciano Cason nos ajuda a pensar como e em que momento os trabalhadores começam a construir uma consciência de classe a partir do que era discutido nas reuniões:

(...) nessa comunidade do Papagaio<sup>28</sup>, depois que começaram a se reunir, conversar, a gente começava a dar um estímulo a conversa. Por exemplo, umas das conversas principais era a diferença entre o trabalhador e o intelectual, a

<sup>27</sup> Entrevista concedida por Erenita Leonícia de Oliveira, 70 anos, no dia 09 de Abril de 2018, na cidade de Valente-BA.

<sup>28</sup> Povoado de Valente-BA.

enxada e a caneta. Era um dos pontos iniciais que obriga as pessoas a ver o valor do trabalhador e o valor do trabalho. Um pouquinho da diferença das classes. Um pouco. Não se fala de classe nem de luta de classe. Começava a aparecer a diferença de um lado e de outro <sup>29</sup>.

Nessas reuniões empregava-se o método “Ver-Julgar-Agir” como mecanismo de análise da realidade, de reflexão sobre essa realidade e de ação frente à mesma. Num momento de efervescência de lutas por transformações sociais no início dos anos 1960, as organizações das igrejas identificadas com essas lutas entraram em contato com as organizações marxistas no espaço das lutas sociais. Quando se percebeu que entre o marxismo e o cristianismo não existia tantos antagonismos, passaram a utilizar em suas reflexões categorias socioanalíticas e metodológicas do marxismo, principalmente no que diz respeito ao método “ver”, aquele que serviria para captar as realidades sociais.

Nas palavras de Carlos Mesters, sobre a primeira etapa desse método, ao ler a Bíblia, “o povo das comunidades traz consigo a sua própria história e tem nos olhos os problemas que vem da realidade dura da vida. A Bíblia aparece como um espelho (...) daquilo que ele mesmo vive hoje” (MESTERS, 2007, p. 1). Assim, o marxismo aparece como explicação coerente das causas dessa pobreza, e como a única proposta para a sua abolição radical (LOWY, 1991).

As fontes escritas nos ajudam a entender melhor o que ocorria nessas reuniões por meio de uma entrevista ao presidente do STR na década de 1980, cedida ao *Jornal Voz das Comunidades* em Santa Luz lembrando as perguntas usadas nas reuniões com o povo: “Quais os problemas que atingem essa localidade? Porque existem esses problemas? O que vamos fazer para resolver? ”. Esses questionamentos eram coordenados pelo Movimento de Evangelização Rural (MER) que atuava na região na década de 1970 e 1980. Portanto, buscava-se uma análise da realidade explicada pela contradição do capitalismo quando o assunto recorrente era “o valor do trabalhador e o intelectual”, por exemplo, para entender o mundo do “oprimido”, suas possíveis causas e apresentar proposta para a sua libertação. Essa discussão tinha o objetivo de envolver os trabalhadores num processo de conscientização referente às explorações existente na sociedade. Os trabalhadores começam a perceber os antagonismos de classes, mas, nesse momento a classe ainda não está formada.

Para além de uma análise externa, Michael Lowy (1991) chama atenção referente à “modernização” da Igreja Católica na América Latina, na qual vai resultar na formação da Teologia da Libertação, salientando que não acontece de cima para baixo, mas de forma inversa.

---

<sup>29</sup> Entrevista cedida por Luciano Cason. Ver nota 21.

São a partir dos movimentos de base como as CEBs e as pastorais, os espaços sociais de um engajamento ativo de cristãos nas lutas populares.

Nesse sentido, Thompson (1987) nos ajuda a pensar a história construída pelas pessoas comuns e não irrigada de forma hierárquica, quando analisa a formação da classe trabalhadora na Inglaterra, buscando resgatar uma história construída pelos próprios trabalhadores na qual eles vão sentir o surgimento de unidade em seus interesses e a necessidade de lutarem contra seus exploradores. Nessa obra são retratadas as situações conflituosas do proletariado, dos movimentos dos sindicatos e as singularidades de cada grupo observando as relações dos sujeitos. Nessa perspectiva, o entrevistado Cason fornece informações interessantes para pensar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras de Valente na década de 1970:

Eu e outro colega que viemos da Itália, não seríamos os principais artífices deste trabalho da época de 70. Fomos mais intermediários porque a gente não veio de lá com receita, não tínhamos experiência de como fazer um trabalho no meio dos camponeses (...). Nós não viemos com um projeto. Nós viemos atrás das experiências. A transformação se dá pelas pessoas locais. É quem vive aqui <sup>30</sup>.

São nos círculos bíblicos que vão ocorrer uma reinterpretação do Evangelho no intuito de pensar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores e agricultoras e agir à luz da leitura bíblica. Cason acrescenta:

Uma das primeiras atividades foi um pessoal que se reunia para conversar, se reunia para entender de uma maneira diferente o evangelho. Geralmente toda [reunião] tinha uma leitura. (...) às vezes a gente passava uma leitura ou eles mesmos escolhiam. Como essa leitura está dentro do que nós falávamos? Era mais do evangelho e não da bíblia em geral. Então, de que maneira a palavra de Jesus está presente? O fato de nós estarmos reunidos, o fato de nós conversamos, conversar livremente. Que tipo de presença eu quero o evangelho lembrar alguma coisa? A palavra, outra, outra, um exemplo... então é uma mistura da vida com o evangelho, com a referência do evangelho. Porque toda pessoa geralmente tinha uma dimensão religiosa <sup>31</sup>.

O ex-líder religioso coloca que a leitura das escrituras durante as reuniões se restringia ao Novo Testamento, isso porque, está recheado de ideias que aludem à liberdade, se transformando num guia para as pessoas comuns em tempos de opressão e injustiça social, e que há uma relevância política de forma marcante (HILL, 2003). Fornece também grande quantidade de denúncias contra a opressão e muitas celebrações pela libertação. Os

---

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Idem.

trabalhadores e trabalhadoras rurais de Valente e região encontram na Bíblia, em especial no Novo Testamento, uma maneira de entender as suas dificuldades e necessidade como também de agir com base nas leituras sagradas. Esse momento consistia na segunda etapa do processo, o “Julgar”.

O “Julgar” consistia num problema detectado pela etapa anterior, a partir de um olhar cristão. É por meio dessa nova ligação entre a Bíblia e a vida que os pobres fazem a maior de todas as descobertas que é “se Deus esteve com aquele povo no passado, então ele também está conosco nessa luta que fazemos para nos libertar” (MESTERS, 2007, p. 1). Buscavam-se nos escritos bíblicos elementos que respaldassem a forma de pensar os problemas buscando identificar situações injustas e opressoras tendo a figura de Jesus como defensor dos marginalizados. Isso inspirava e justificavam as ações do grupo. Mas não era suficiente ter uma análise da realidade social e um julgamento da mesma com base nos textos bíblicos. Seria necessário a práxis ação-reflexão-ação. Esse é o momento em que se traduz uma ação concreta sobre tudo que foi “visto” e “julgado” pelos membros do grupo, alcançando seu sentido prático. Assim, da reflexão, surgiam as ações coletivas.

A primeira coisa que a gente fez aqui foi mutirão para fazer casa de quem não tinha. Aqui tinha duas pessoas que não tinha casa que morava na casa de Pindoba e a gente fez mutirão e fizemos a casa deles. Fizemos de um depois quando estava pronta fizemos a outra. Todo oito dias, dia de domingo, a gente ia e cada um levava uma coisa: um bloco ou alguma coisa assim, quem tivesse um bloco levava 2, 3... E conseguimos fazer a casa. Casa não, um ranchinho né? Mas para quem mora numa casa de Pindoba é muita coisa <sup>32</sup>.

O trabalho de base, mediante uma socialização coletiva e política possibilitou que os trabalhadores construíssem uma nova visão de mundo, pois propiciava em primeiro lugar “o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente a apreensão crítica de seu mundo” (GRZYBOWSKI, 1987, *Apud* NASCIMENTO, 2014).

Mediante as experiências partilhadas entre os agricultores e agricultoras e as redes de solidariedade construída entre eles e elas observada nos depoimentos coletados, percebe-se que o mutirão se configurava num instrumento por meio do qual as pessoas começaram a se sentir parte de um grupo e sentir a força, seu poder de organização e mobilização mediante ações coletivas inspiradas e pensadas a partir de uma leitura diferente do Evangelho. Nesse momento

---

<sup>32</sup> Entrevista cedida por Erenita Oliveira. Ver nota 27.

começam a aparecer as primeiras identificações que os faziam sentir parte de uma classe. Descobrir que partilhar suas vivências à luz das escrituras resultaria em ações concretas e positivas cria-se as primeiras experiências em comum.

Ao investigar a dinâmica das reuniões que aconteciam nas comunidades rurais de Valente, tivemos acesso a um caderno pessoal de Ismael Ferreira que se engajou nos movimentos sociais desde a sua adolescência o qual acompanhava sua mãe nas atividades desenvolvidas pela Igreja Católica, participando dos círculos bíblicos como também na tomada do sindicato pelos trabalhadores e, posteriormente, ocupou posições de destaque dentro da APAEB e, curiosamente, foi eleito prefeito de Valente pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e exerceu seu mandato entre 2012 e 2016 (retornaremos a falar dessa liderança no terceiro capítulo). Analisar essa documentação escrita a punho pelo próprio Ismael na qual ele fez uma espécie de ata das reuniões entre 1974 e 1977 pode nos apontar o que acontecia nos encontros. Em cada reunião agendava-se a próxima e organizava-se seu roteiro como podemos ver a seguir:

Mateus 15- Reunião casa de Israel 15-12-1975  
 Canto – Rapaziada nós chegamos aqui de novo  
 1 - Ver como nós da roça podemos participar mais da festa da padroeira;  
 Canto- Você é meu irmão  
 2 - Falar sobre o encontro de casa de Ivo;  
 Leitura- Jesus fala sobre a impureza;  
 3 - Ver quem vai ao encontro mensal dia 21 <sup>33</sup>.

Essa documentação nos possibilita ter acesso a vários outros detalhes que não daríamos conta de explorar aqui. Mas transcrever essa “preparação”, para usar uma expressão utilizada pelo próprio Ismael, dá conta de perceber como se organizavam os encontros. Inicialmente havia uma espécie de recepção com um canto que eles mesmos produziam e faz parte desse conjunto da arte popular para animar as reuniões; em seguida havia a exposição da demanda daquele momento que, nesse caso, traduzia-se numa preocupação em fazer com que os agricultores se engajassem mais em uma festa de cunho religioso católico; recapitulação da última reunião; a utilização de uma passagem bíblica era presente em todas as reuniões e, por fim, preparava-se a reunião seguinte. Aconteciam geralmente entre as 19h30min as 22h00min com a participação de dez a quinze pessoas e, em sua maioria, com a presença do padre.

É importante salientar que Ismael era morador do povoado do Peixe e fez referência ao início dessas atividades em sua comunidade datado de 14 de outubro de 1974. Mas, como nos

---

<sup>33</sup> Documento pessoal de Ismael Ferreira.

relatou Erenita, a primeira reunião na comunidade de Papagaio foi em 1973. Aliás, quando no documento destaca “ver quem vai participar da reunião mensal”, provavelmente se refira ao encontro que ocorria no povoado de Papagaio como colocou Cason:

Quando no crescimento começaram a se articular entre eles, então onde se encontrar? Não era na casa paroquial, não era na cidade, não em nenhuma dessas comunidades porque senão juntava e poderia criar suspeita. Então nós compramos um pequeno sitio lá na região de Papagaio. Um sitio chamado Areia Branca. Sitio simples: tinha uma lagoa, tinha uma casinha mais ou menos. Então lá era o lugar de encontro das lideranças <sup>34</sup>.

Esse espaço recebia pessoas das comunidades de Valente como também de outros municípios do território destacados por Cason como São Domingos, Santa Luz e Retirolândia. Mensalmente, lideranças desses municípios se encontravam no sitio Areia Branca situado em Valente. Assim é notável que esse movimento religioso tomou proporções expressivas e arregimentou um número considerável de militantes em toda região. O relato de Ivone Gonçalves nos possibilita compreender como era a dinâmica dessas reuniões levando em consideração que viviam num contexto de Ditadura Militar que não se permitia discussões com características libertadoras e nos dá suporte para compreender que esse movimento atingia o público muito jovem também.

Isso foi bem lá no passado na década de 70 quando eu ainda era bem menininha, tinha 13, 14 anos que a gente já participava das reuniões da igreja na época da Ditadura Militar e a função dos adolescentes era ficar na lá fora, um grupo de 2 e 3. Os adolescentes ficavam lá fora para se viesse uma luz de farol de carro, por exemplo, avisar para poder desligar o candeeiro <sup>35</sup> porque, como era a Ditadura Militar, não poderia haver reunião. A polícia levava todo mundo preso e a nossa função era ficar vigiando se a polícia vinha. (...) A gente ficava em um rodízio. Por exemplo, ficava de 3 em 3 lá fora e saía alguém e chamava mais 3 que era para a gente não ficar lá fora sem participar da reunião. Então a nossa função principal a gente já sabia que era vigia polícia, mas a gente também participava das reuniões <sup>36</sup>.

O depoimento nos faz entender o cuidado que se tinha para que pudessem discutir com o mínimo de segurança e não correrem o risco de serem levados presos e os adolescentes possuíam funções específicas nesse processo que era o da vigilância, mas a partir de uma organização, os jovens não ficavam isentos de participarem das discussões. Dessa forma, vários desses sujeitos engajados nessas mobilizações tiveram a oportunidade de ocuparem esses

---

<sup>34</sup> Entrevista com Luciano Cason. Ver nota 21.

<sup>35</sup> Um antigo utensílio portátil que possuía um líquido inflamável e um pavio usado para iluminar.

<sup>36</sup> Entrevista com Ivone Gonçalves. Ver nota 16.

espaços ainda muito novos. Aliás, é interessante notar que a presença de mulheres nesses espaços se dava de forma majoritária como observou Cason:

(...) apareceram as primeiras lideranças. No Papagaio foi a Avani e Erenita. Foram as duas principais. Que quando faleceu a Avani ficou a Erenita. (...) Na comunidade do Peixe estava a liderança a mãe de Ismael, um pouquinho o pai. Elas tinham a direção das Comunidades. Era mais com as mulheres do que com os homens, mas para se apresentar na hora diante da autoridade, diante da articulação, eram os homens. Agora a Avani foi uma das maiores articuladoras. Ela ajudava com três, quatro filhos. Então ela era uma senhora mulher <sup>37</sup>.

O depoimento demonstra a importância do trabalho leigo e, em especial, o feminino. Cason aponta três mulheres que ocuparam papel de destaque dentro do movimento revelando um protagonismo e capacidade de liderança de Erenita, Avani<sup>38</sup> e a mãe de Ismael, Dona Lúcia. Apesar das barreiras impostas por uma sociedade patriarcal, essas mulheres marcaram a história do movimento social em Valente e na região e desempenharam funções significativas fortalecendo o trabalho social nas comunidades rurais da cidade junto a outros sujeitos.

### **3.2 “Fizemos a nossa Chapa e ganhamos e até hoje o sindicato tá aí nas mãos dos Trabalhadores”: a tomada do STR**

Em Valente, o STR foi fundado em 1971 por Reinado Ramos Rios, então prefeito da cidade, juntamente com outros líderes, sem a participação direta dos trabalhadores rurais nesse processo, com o intuito de controlar as ações dessa classe. É importante ponderar que o controle político em Valente nesse período era exercido por grandes proprietários de terra e comerciantes (TEIXIERA, 2000). Por conta disso, ao fazerem referência desse episódio, os trabalhadores ora se referem a “tomada do sindicato das mãos dos políticos”, ora colocam “que o SRT pertencia aos patrões”. Mas, mediante uma organização e articulação entre os agricultores a direção do sindicato passou a ser liderada por eles<sup>39</sup>.

<sup>37</sup> Entrevista com Luciano Cason. Ver nota 21.

<sup>38</sup> De acordo com o *Folha do Sisal*, além de sua capacidade de liderança, Avani de Lima Cunha era também compositora e professora. A primeira escola de adultos da região foi criada e teve como professora a própria Avani.

<sup>39</sup> É importante frisar que além de Valente, os estudos sobre o STR foram feitos também, segundo Cason, na cidade de Santa Luz e Retirolândia. Aliás, as ações urdidadas nessa última foi mapeada na monografia de Táfila Santana intitulada “Atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e participação popular: estudos das experiências vividas no município de Retirolândia de 1974 a 1985”, que destacou a “tomada” do sindicato pelos trabalhadores ligados aos movimentos de base.

Aí a gente articulou as comunidades e fomos pegando nomes de pessoas. Até que a gente conseguiu arrumar nossa chapa. Aí fizemos no dia da eleição do sindicato. A gente apresentou a chapa, eles quase caíram de costa. Tomaram um choque. Eles nunca esperavam que os trabalhadores fossem ter a coragem. (...) Fizemos a nossa chapa e ganhamos e até hoje o sindicato tá aí nas mãos dos Trabalhadores<sup>40</sup>. Foi muita luta! Foi muita luta para conseguir!<sup>41</sup>.

A fala da depoente se refere a “tomada do sindicato das mãos dos políticos”. O relato enfatiza o poder de organização, mobilização, resistência e enfrentamento dos trabalhadores rurais de Valente no período estudado. Nesse momento identificavam patronato como uma classe antagônica evidenciando uma luta de classes. Num trecho de uma reunião em julho de 1975, discutiu-se sobre o sindicato: “de quem é mesmo o sindicato? É de todos nós que se interessar por eles, de quem precisa, dos pobres”. Esse assunto era recorrente durante os encontros desde o momento que os trabalhadores começaram a se organizar sem que caísse no conhecimento da classe dominante. Nesse sentido, quando Gramsci aborda a questão das classes subalternas coloca que “há uma tendência à unificação, ainda que em planos provisórios, mas essa é a parte menos visível e que se demonstra somente com a obtenção da vitória” (GRAMSCI, 1975, *Apud* ROIO, 2018, p. 180).

Para além de estudos bíblicos, esses sujeitos foram auxiliados pelos padres e leigos /as articuladores a se organizarem e reivindicar seus direitos compreendendo que seu poder de atuação transcendia as comunidades rurais. O STR representava um espaço de reivindicação que os círculos bíblicos não poderiam possibilitar.

A mobilização do campo no que diz respeito à criação de sindicatos e associações se fortaleceu quando o Estado, com receio de perder o controle dos movimentos sociais durante o período de maior repressão da Ditadura Militar, dá início ao processo de reconhecimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Nesse caso, seu intermédio dar-se-á de forma direta (JESUS, 2009). José de Abreu, o primeiro sócio do STR de Valente, nos fornece informações interessantes no que se refere ao surgimento do sindicato em 1971:

Esse sindicato eu ouvia falar e tinha muita vontade de conhecer. Depois falaram que ia ter um sindicato aqui em Valente. Eu tive no dia de sábado aqui fazer feira e me deram a notícia que ia ter uma explicação do sindicato na prefeitura. Iam dar um quilo de feijão (...) para o povo se reunir para ouvir a relação do sindicato. Aqui foi um prefeito que se interessou, foi Reinaldo Ramos Rios que se interessou pelos Trabalhadores<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> No que tange a articulação das comunidades de Valente, Cason destacou quais povoados atuaram de forma mais intensa: Papagaio, Malhada do Umbuzeiro, Barriguda e Peixe.

<sup>41</sup> Entrevista a Erenita Oliveira. Ver nota 27.

<sup>42</sup> Entrevista cedida por José de Abreu. Ver nota 15.

O depoente explicita o protagonismo sob o qual se deu a fundação do STR em Valente eximindo qualquer participação da classe trabalhadora nesse processo, apesar de ser um espaço que representa os interesses do grupo. Também expressa reconhecimento pelo prefeito, pois foi ele que “se interessou” pelo o bem-estar dos camponeses.

A partir da análise de todo o relato, o primeiro sócio colocou que foi a partir de então que o acesso ao conhecimento de certos direitos, como a quantidade de carga horária do trabalho, fosse esclarecido dentre a classe, se transformando num divisor de águas no que se refere à qualidade de vida do pequeno agricultor. A ata de fundação do STR de Valente nos fornece mais informações a respeito de sua institucionalização:

Aos 16 dias do mês de maio de 1971, as 09h00min, no salão nobre da prefeitura desta cidade de Valente Estado da Bahia, reuniram-se de livre vontade, com o feito especial de fundar um sindicato de trabalhadores rurais (...). A seguir passou-se a discussão de 1 item da ordem do dia, qual seja sobre a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valente e vários oradores fizeram-se ouvir todos defendendo a tese da necessidade de fundar um sindicato, digo de defender os interesses da categoria, usufruindo dos direitos, assim como submetendo-se aos deveres constantes na legislação sindical <sup>43</sup>.

A participação de políticos nesses espaços era algo comum em todo território nacional nesse período, pois dessa forma eles poderiam garantir e dilatar suas bases eleitorais (MEDEIROS, 1991, *Apud* NASCIMENTO, 2014. p. 45). Com a intenção que essas instituições fossem controladas, o Estado estabeleceu algumas ressalvas no Estatuto do Trabalhador Rural as quais os estatutos dos sindicatos deveriam afirmar que a instituição colaborasse com o poder público, além de que somente ao Estado fosse responsabilizada as tarefas das instruções e os regulamentos das eleições do sindicato, com a justificativa de proporcionar o bem-estar para os associados (JESUS, 2009).

Comprendemos que o Estado possuía intenção de interferir de forma direta nas organizações sindicais rurais. Isso se deve ao fato de que os setores políticos ligados aos proprietários rurais terem receios da mobilização de camponeses (JESUS, 2009). Essa estratégia representava um obstáculo para os trabalhadores rurais, os quais não poderiam, dessa forma, ocupar espaços de poder e reivindicação que lhes eram de direito de forma livre.

O crescimento das organizações camponesas se intensifica a partir dos anos 1950 e 1960 mediante a ação de setores de Igreja Católica que tinham a intenção de manter sob controle essa

---

<sup>43</sup> Ata de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Valente, Bahia, Brasil. 16 de Mai. 1971, p.1.

população<sup>44</sup>. Segundo José de Souza Martins (1981), foi a partir do governo de João Goulart que ocorreu um rápido crescimento do surgimento de sindicatos da classe trabalhadora no nordeste. Pensar a intensificação dos sindicatos num período de Ditadura Militar, instaurado em 1964, é importante compreender que a postura desse regime com relação aos trabalhadores do campo se deu de forma diferente. Houve interferência do Estado nos STRs, mas de forma seletiva, mantendo aqueles com atuação forte da Igreja (COLETTI, 1996).

Cassiano Nascimento (2014) salienta que, a partir desse mecanismo, o Estado tinha o objetivo de criar e manter relações com a população para vetar possíveis vínculos com outras organizações ameaçadoras, se tornando umas das alternativas mais eficazes estabelecidas pelo Estado para manter um controle mais efetivo junto aos trabalhadores. Pois, ao mesmo tempo em que se encontravam sindicalizados, o que poderia significar um estado de organização e um espaço para reivindicar seus direitos, o governo buscava meios para que o sindicato não se transformasse num espaço independente de luta da classe trabalhadora.

Coletti (1996) argumenta que o aumento do número de sindicatos oficiais no nordeste se deu de forma rápida desde que os sindicatos no campo foram oficializados em 1962. Todavia, foi a partir dos anos 1970, período de maior repressão da Ditadura Militar no Brasil, que esse crescimento se mostrou de forma espantosa ressaltando que nesses espaços não havia o protagonismo da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, “as características da estrutura sindical são propícias ao surgimento do peleguismo<sup>45</sup>, do legalismo e do assistencialismo, posto que estabelecem mecanismos que asseguram a dependência das organizações sindicais em relação ao Estado” (GALVÃO, 1999, p. 158).

Nesse caráter assistencialista, em que a categoria vai sentir ações consideráveis no que se refere ao reconhecimento dos seus direitos, faz com que os trabalhadores se associem nos sindicatos de forma intensa. Sobre a fundação do STR em Valente, os depoimentos orais nos permitem compreender, de forma sutil, esse caráter “ajudador” em que os sindicatos atrelados ao governo, nesse caso local, predispunham. No seu relato, José de Abreu coloca:

Por que a gente tinha direito de umas coisas e não saia, era enganchado lá embaixo e aí Reinaldo, andando por lá, viu tudo. Chegou aqui fez uma reuniãozinha com meia dúzia de gente aqui no comércio se achava bom trazer aquele sindicato para aqui, eles disseram que achava (...) e marcou um dia de

---

<sup>44</sup> Esse crescimento se deu também pela ação dos partidos como o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Trabalhista Brasileiro. No entanto não é nosso objetivo aqui aprofundar essa questão.

<sup>45</sup> Segundo Coletti, o peleguismo é um fenômeno inerente à estrutura sindical corporativa, na medida em que a existência e a sobrevivência das entidades sindicais dependem fundamentalmente da ação estatal.

sábado para o povo reunir e avisar que ia ter um feijão na prefeitura e a explicação do sindicato <sup>46</sup>.

Em vários momentos de análise das fontes coletadas, seja nos periódicos da APAEB ou nas entrevistas cedidas para esse trabalho, há alguma referência com relação a esse episódio o qual, ao associar-se ao sindicato, recebia-se 1 kg de feijão. Esse simples fato evidencia um caráter “ajudador” que os governos locais se ensejam. José de Abreu frisa o impacto que a fundação do STR em Valente teve na vida do trabalhador rural:

Porque não conhecia, pegava 07h00min parava 12h00min, pegava 13h00min e parava 17h00min. Outro que não tinha relógio, os fazendeiros orgulhosos, só deixava soltar quando o sol estava pra se pôr. Tudo isso a gente tinha vontade de conhecer aí veio a explicação: a gente [após a fundação do SRT] trabalha das 08:00 horas para 11:30, pega 13h00min e para 16h00min porque só parava 17h00min, 17h30min, 18h00min. Tudo isso estava encubado, depois do sindicato clareou tudo <sup>47</sup>.

A estratégia adotada pelo Estado em criar os STRs como instrumentos assistencialistas faz com que o trabalhador veja esses espaços como um meio de adquirir algum tipo de auxílio prevenindo qualquer tipo de mobilização dessa categoria. No que toca a esfera local, a institucionalização do sindicato em Valente, tornava-se um instrumento para o governo local em que a “troca de favores” poderia manter e ampliar sua base eleitoral. Quando o primeiro sócio do sindicato coloca que “(...) aqui foi um prefeito que se interessou. Foi Reinaldo Ramos Rios que se interessou pelos trabalhadores” podemos compreender certa gratidão do entrevistado pela “bem feitoria” do então prefeito da cidade que, através de sua participação direta no sindicato visava, supostamente, obter votos da classe trabalhadora. Por outro lado, as reuniões e discussões, que os camponeses participavam nas comunidades rurais de Valente, com base nas escrituras sagradas, possibilitaram a eles um interesse em investigar a quem realmente o sindicato pertencia e deveria ser dirigido. Sobre o episódio, Erenita destaca que:

A partir das reuniões, a partir do momento que a gente descobriu que o sindicato era fundado a gente começou a estudar a maneira de como tomar o sindicato. Foi fazendo reunião nas comunidades, esclarecendo o que era o sindicato, para ficar claro para o povo que o sindicato era do trabalhador, não podia ser dos políticos, né? E foram várias reuniões, foi dois anos de luta para a gente chegar lá e tomar <sup>48</sup>.

---

<sup>46</sup> Entrevista cedida por José de Abreu. Ver nota 15.

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> Entrevista a Erenita Oliveira. Ver nota 27.

É interessante observar que a mobilização dos camponeses nesse momento ainda permanece atrelada ao auxílio e estímulo dos líderes religiosos:

Uma pessoa da igreja que fazia a reunião com a gente pela roça de noite, até 02h00min da madrugada andava com a gente que era o padre Luciano. Ele comprou uma roça lá no Papagaio (Areia Branca) para fazer um ponto e comunidade para o povo se reunir e conversar aí ele disse quando o sindicato fundou e que a gente conheceu: “trabalhe para tomar da mão do burguês porque não é deles, é de vocês. O sindicato é do trabalhador!”<sup>49</sup>.

Os trabalhadores rurais de Valente estavam articulados desde 1973 por meios dos círculos bíblicos. Nesse sentido, Michel Lowy coloca que “muitos dos principais desenvolvimentos da luta de libertação dos oprimidos e dos explorados na América Latina (...) não teriam sido possíveis senão com o apoio das CEBs e da teologia da libertação” (LOWY, 1991, p. 47).

No depoimento de Luciano Cason percebemos o pioneirismo no caso de Valente referente ao enfretamento de sujeitos comuns contra o poder do Estado. Ele acentua que “(...) nós lá, com chapa de oposição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, não teve muitos casos na Bahia não. Então foi um pouquinho precursor”<sup>50</sup>. Na obra intitulada “APAEB: uma história de fibra, luta e subsistência” Silva (1993), encontramos referência a esse respeito. Até o período no qual a APAEB foi fundada (1980), dentre as cinco cidades onde a associação foi instituída (Araci, Feira de Santana, Ichu, Serrinha e Valente) apenas em Valente e Feira de Santana o sindicato estava nas mãos dos trabalhadores (SILVA, 1993).

Os relatos de Erenita revelam o desejo que os trabalhadores e trabalhadoras possuíam de garantir a direção do sindicato nas mãos de quem realmente tinha o direito de representar a categoria e já elucidam uma luta de classes e que, após um período de organização atingem seu objetivo de tomada de poder na primeira eleição do sindicato depois de fundada em 1975. Apesar do sindicato se configurar como organização típica da classe trabalhadora, não significa, necessariamente, que a classe trabalhadora, no caso dessa pesquisa agricultores rurais, já esteja “feita”. Nesse sentido, Mattos alerta que apesar de Thompson ter “apontado um momento em que a classe estaria “formada”, sua perspectiva de formação pode sustentar uma análise processual em que a determinação de um marco zero seria sempre discutível” (MATTOS, 2008, p. 85). Assim, o autor abre possibilidades para outras formas de organização que possuem

<sup>49</sup> Entrevista a José de Abreu. Ver nota 15.

<sup>50</sup> Entrevista a Luciano Cason. Ver nota 21.

características de reivindicação numa perspectiva classista que é o caso das associações. É nessa lógica que, a partir desses caminhos trilhados, emerge a proposta e o surgimento da APAEB.

### **3.3 “Muitos agricultores acreditam na força da união”: A fundação da APAEB**

O cultivo do sisal em Valente, assim como em vários municípios da região, se transformou num “vilão” para os pequenos agricultores, marcado pelas péssimas condições de trabalho e baixa remuneração. Apesar disso, sua importância econômica para uma região com poucas oportunidades de emprego e geração de renda, o plantio do sisal tornava-se umas das poucas formas de sobrevivência. O trabalho social, desenvolvido na década de 1970, foi crucial para uma discussão em torno dos problemas que assolavam os sisaleiros. No caso de Valente, a proposta da criação de uma associação, encontrou terreno propício para que os trabalhadores pudessem se organizar, pensar e conduzir, de forma articulada, ações e alternativas em torno do cultivo do sisal.

Na década de 70 junto ao sindicato, os grupos refletiam vários problemas da seca, da estrutura dentro da cidade, falta de água, etc. e sempre aparecia o principal problema que era a extração do sisal, mas não estava aparecendo claras soluções (...). Não tinha propostas porque, até então, as propostas eram mais de um trabalho de consciência, do crescimento, valorização, organização, a importância da organização e de formação de liderança. Esse foi o foco. Quando veio a proposta de Feira de Santana do MOC para Valente, Valente já tinha essas condições, muitas lideranças<sup>51</sup>.

Cason destaca que o principal objetivo do trabalho em Valente nos anos 70, por meio dos círculos bíblicos, era de natureza organizativa com o intuito de despertar nos camponeses uma consciência de classe e de seu poder de mobilização. Apesar de ser um espaço no qual as pessoas começaram a identificar em conjunto seus problemas em comum e discutir acerca, não era suficiente para solucionar as dificuldades que assolavam a cidade e região no período. Dessa forma, a atuação do MOC vai desempenhar um papel crucial para pensar possíveis alternativas econômico-sociais no intuito de melhorar a vida do pequeno agricultor.

Fundado em 1967, o MOC, a princípio, atuava realizando um trabalho, sobretudo assistencial, coordenado pela pastoral da diocese de Feira de Santana, por meio do então Pe. Albertino Carneiro que assessorava a Igreja Católica no desenvolvimento de ações comunitárias. No entanto, a essência das ações do MOC se modificou na qual assumiu uma

---

<sup>51</sup> Idem.

postura cada vez mais independente o que desvinculou esse movimento da diocese de Feira de Santana (NASCIMENTO, 2003).

Na década de 1970, o MOC estava presente em doze municípios da região executando pequenas ações no campo econômico. Nesse momento, começa a descobrir que as mudanças sociais perpassam pelo campo econômico, passando a desempenhar ações sociais de caráter organizacional com o objetivo de combater a desigualdade social (SILVA, 1993).

O MOC assemelha-se aos círculos bíblicos, pois ambos possuem a presença de líderes religiosos como padres assumindo papéis centrais. No entanto, enquanto a primeira se restringe a um trabalho com poucas pessoas, a atuação do MOC se dá de forma mais ampla, abrangendo várias cidades.

Nas reuniões promovidas e institucionalizada pelo MOC com os pequenos produtores, entre 1978 e 1979, havia um problema em comum que era a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadoria (IMC). As sobras da lavoura eram levadas para serem vendidas nas feiras livres. Se o produtor não vendesse toda mercadoria, no retorno na semana seguinte o imposto era cobrado novamente sobre os mesmos produtos quando encontravam os fiscais nas estradas. Muitas vezes era mais lucrativo deixar a mercadoria para não pagar o imposto (OLIVEIRA, 2001).

Diante dessa situação, o MOC estimulou a discussão e buscou-se uma forma para que os agricultores compreendessem que precisavam se mobilizar, dessa forma criou-se o “Movimento do ICM” para reivindicar a isenção do imposto (NASCIMENTO, 2003). Depois de inúmeros debates, em outubro de 1979, vários dos pequenos agricultores de Valente e região decidiram fazer uma manifestação contra o imposto e se deslocaram até a capital do Estado para exigir de Antônio Carlos Magalhães, então governador estadual, sua isenção.

E começou a discutir nas reuniões, eles fazendo por lá também em Feira de Santana ai espalhou o bloco: Ichu, Feira, Serrinha, Araci e nós aqui em Valente. Aí marcamos um encontro para juntar esse pessoal todo. “O que é que vamos fazer? Vamos diretamente fazer uma visita ao governo do Estado para fazer um pedido ver se ele retira esse imposto do pequeno agricultor? Vamos”. E a gente foi trabalhar para fazer reunião aqui e ali para arrumar o povo para ir até Salvador no Palácio do Governo. Primeiro o pessoal em Feira organizou com o prefeito de Feira. (Colbert Martins que já morreu). Quando juntou tudo deu sete ônibus e duas combi de gente. Arrastamos pra Salvador. Quando chegamos em Salvador, quando subiu essa multidão que entrou para lá e a Polícia não quis deixar. Mas com muita luta se entrou para o plenário. “ Nós queremos ver o homem”. Criamos a comissão de seis pessoas, de cada município uma pessoa. “Nós só saímos daqui quando ver ele” e a Polícia sem querer deixar. “ nós só saímos quando ele descer pra atender esse povo” e a Polícia “não, não, não. Ele não vai vim” e nós, essas seis pessoas com as polícias, mais de dez polícias “nós só saímos quando ele descer

". Por fim, ele mandou dizer que vinha atender o povo. Quando ele desceu que viu aquela multidão de gente aí olhou assim... "É. Já vi que o agricultor é corajoso mesmo"<sup>52</sup>.

Apesar da tentativa frustrada dessa reivindicação, pois o Governador prometeu promover soluções que nunca ocorreu, ela foi de suma importância para esses agricultores, pois perceberam a sua capacidade de reivindicação e mobilização diante de hierarquias que os colocavam em posição subalternas, mas que, com uma organização entre eles a situação poderia melhorar revelando um enfrentamento direto com a classe antagônica. No sentido de uma experiência vivenciada, ninguém possuía interesse em buscar alternativas em busca de uma melhor condição de vida numa região com poucas oportunidades de empregos, pois estes sentiam na pele o que essa forma de vida lhes proporcionava. Portanto, a reação desses sujeitos demonstra que estes tinham do seu lugar de subalternidade diante da sociedade e o ato de se organizarem e se mobilizarem lhes colocam como sujeitos construtores de sua própria história por meio de sua luta social. Thompson (1981) afirma que as classes se formam na luta, salientando que

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (...), suportam a exploração (...) identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 2001, p. 224).

Esse episódio que originou uma ação coletiva de "sujeitos comuns" provocadas pelas experiências e vivências que eles partilhavam denotam um sentimento de pertencimento de classe e colocam os agricultores como protagonistas da sua trajetória na tentativa de ruptura com o mundo desigual econômico e social a partir de sua atuação política. Considera-se participação política "desde comparecer a reuniões de partidos, comícios, grupos de difusão de informações, até o inscrever-se em associações culturais, recreativas, religiosas ou, ainda, realizar protestos, marchas, ocupações de prédios" (SANI, 1986; Cotta, 1979. *Apud* TEIXEIRA, 2002 p.25).

Dos problemas que estavam presentes na vida dos camponeses o que mais prejudicava era a questão da venda de seus produtos por interferir diretamente na dinâmica econômica da

---

<sup>52</sup> Entrevista com Ivo Ferreira. Ver nota 12.

família do agricultor. Diante da falta de crédito e armazenamento da produção e para amenizar esse problema os camponeses negociavam a sua produção antes da colheita, assumindo o compromisso de vender os produtos ao mesmo comprador que adiantava o dinheiro pelo valor que convinha, inclusive o sisal, principalmente em Valente.

Quando os trabalhadores retornaram de Salvador discutiram as providencias que iriam tomar caso a promessa do Governador não se concretizasse.

Quando chegou em Feira, bora juntar todo mundo de novo. Aí o plano do povo "ah, é nós criar uma cooperativa para brigar com ele se caso não der certo nós temos que criar uma cooperativa". Quando vai para fundar, a cooperativa não proibia ser só do pequeno. Poderia ser do pequeno mas o rico poderia ser sócio também. Aí começou a achar que se botasse um gavião no meio dos pintos, o gavião acabava comendo os pintos. Aí entre o MOC, Ismael e Ildes sugeriu esse nome de APAEB que se chama Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia. Ai já proíbe o rico. Fomos lutar para fundar essa APAEB. Era reunião toda hora para aqui e pra ali. Sei que no ano de 80 nós chegamos lá pra fundar a APAEB em Serrinha <sup>53</sup>.

A ideia inicial foi a criação de uma cooperativa “para brigar com ele”, ou seja, seria um espaço que representaria a classe trabalhadora. Porém, a intenção dos agricultores era de organizarem-se como uma classe autônoma sem a presença daqueles que já eram vistos como classe antagônica, ou seja, os grandes proprietários de terra. No entanto, de acordo com Oliveira (2001), a legislação não permitia que pudesse excluir os grandes agricultores com base no tamanho de sua propriedade e fundar uma cooperativa somente com pequenos produtores. Mas, a possibilidade de aceitarem a inclusão do patronato foi descartada, pois “se botasse um gavião no meio dos pintos, o gavião acabava comendo os pintos”. Nessa lógica, quando Marcos Del Roio analisa o pensamento de Gramsci sobre a emancipação do subalterno pondera que

Gramsci se questiona como se forma uma vontade coletiva, ou seja, sobre como se unificam as classes subalternas. Ou, (...) como a cultura das classes subalternas se rompe e se transforma em cultura e vontade coletiva antagônica à das classes dominantes, rompendo-se assim a subalternidade. (...) Um movimento de emancipação só pode partir da autoatividade das massas, da sua autonomia, da cisão com a classe dominante (ROIO, 2018, p. 184).

A condição de subalternidade de um grupo, segundo o pensamento do autor, se daria pelo rompimento de laços entre as duas classes divergentes. Na percepção dos trabalhadores, somente por meio de sua autonomia, é que poderiam libertarem-se da situação que os

---

<sup>53</sup> Idem.

colocavam em um nível inferior. Dessa forma, cogitou-se a possibilidade de fundar uma associação civil a qual o MOC novamente prestou assessoria fundando em 2 de julho de 1980 a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia. Não tivemos acesso ao estatuto do ano de sua fundação, mas estatuto de 1986 e as fichas dos sócios apontam características que enquadrava a APAEB como associação específica da classe trabalhadora rural: “São considerados ‘pequenos agricultores’ rurais que trabalham como autônomos em terra própria ou não, tem a agricultura como ocupação principal, exerçam diretamente a atividade e não tenham empregados permanentes”. Esse último critério era essencial para demarcar que o espaço não admitiria ter patrões. Por outro lado, é significativo que, o documento menciona a possibilidade de filiação sem distinção de “raça, credo ou filiação política”, mas a associação de mulheres fica implícita. Certo é que de 90 fichas de associados em Valente, entre 1981 e 1992, apenas cinco mulheres estão inseridas nesse corpo associativo. Sobre isso Erenita nos contou que

Naquela época, mulher não tinha nem o direito de se associar, foi reivindicação das mulheres para se associar na APAEB. Eles diziam que o marido sendo sócio que a mulher tinha o mesmo direito. Mas a gente não quis isso. Queria ter a nossa identidade mesmo. Aí lutamos e por isso conseguimos se associar na APAEB <sup>54</sup>.

Isso denota que o associativismo era um espaço em que as barreiras à mulher permaneciam elevadas, mas por meio de suas reivindicações foram aceitas, independente se seus maridos fossem ou não sócios. Mesmo assim, o número de mulheres associadas permaneceu baixo se comparado com o dos homens pelo menos até pouco antes do desmembramento da instituição. Transcrever outra fala de Erenita dá conta de compreendemos as finalidades da associação.

(...) O agricultor naquela época tinha muito produto para vender: feijão, farinha, milho... e para levar para vender pagava imposto. E aí a gente discutiu, o objetivo era criar APAEB, vender nesse posto de venda. E aí foi feita discussão com um bocado de comunidade, a maioria das comunidades de Valente, aí fez fundou APAEB em 80. O objetivo principal era de o trabalhador vender seus produtos sem pagar imposto (...). O MOC ajudou muito, (...) participava direto das reuniões <sup>55</sup>.

---

<sup>54</sup> Entrevista com Erenita Oliveira. Ver nota 27.

<sup>55</sup> Idem.

No seu depoimento, Erenita explica os motivos que levaram a discussões acerca da fundação da associação da APAEB em 1980, tendo como principal objetivo a isenção do ICM, por intermédio, suporte e atuação do MOC junto aos trabalhadores rurais. A ideia era que a associação defendesse interesses econômicos, sociais e políticos dos pequenos agricultores de todo o estado, ficando sediada em cinco municípios: Serrinha, Feira de Santana, Ichu, Araci e Valente. Serrinha, por ser o principal município da região e por sua localização geográfica, foi escolhido para ser a sede principal da APAEB. Quatro meses depois de fundada, o MOC organizou um estudo de viabilidade econômica da APAEB, fornecendo de forma mais clara, algumas das principais características da associação.

A atividade econômica reveste-se de importância fundamental na medida em que venha a constituir-se numa linha de resistência contra a destruição e penúria do pequeno produtor, provocada por um modelo econômico voltado para acumulação de capital urbano-industrial em bases monopolistas. (...) um dos eixos básicos de toda política gerencial da entidade é o associativismo tipificado pela coletivização das tarefas, das atribuições, dos direitos e desvantagens (...) capaz de permitir ao pequeno produtor, enquanto classe, melhorar as suas condições de inserção no conjunto social (SANTOS, 1980, p. 9).

Observa-se que a associação se reverbera como um mecanismo de resistência diante da exploração vigente que os agricultores enfrentavam devido ao sistema capitalista que privilegiava a burguesia e, conseqüentemente, a renda não chega à classe trabalhadora, principalmente a rural. Nessa ótica, a APAEB seria um espaço onde haveria um capitalismo organizado na tentativa de uma distribuição de renda de forma igualitária para que o poder aquisitivo do pequeno agricultor fosse elevado e assim ser inserido na sociedade capitalista. Não haveria um combate veemente contra o sistema capitalista, mas sim um posicionamento conformado sobre ele. A perspectiva da luta de classes seria abandonada.

No estatuto de 1986 destacamos um ponto crucial que, caracteriza de forma peculiar a instituição, tendo como umas das finalidades: “Promover atividades culturais, educativas e de promoção social, estimulando a cooperação, a autoajuda e a solidariedade entre os seus associados, incentivando o desenvolvimento comunitário regional”. As fontes nos possibilitam perceber a fusão de objetivos econômicos e sociais referente à metodologia que a instituição adotou para melhorar a vida do trabalhador rural, enquanto classe. Classe, nesse momento é entendida por Thompson como um processo histórico que se deve à ação humana e a seus condicionamentos materiais que pode ser identificados através das experiências, ou seja, as formas como as relações de produção são vivenciadas. Essa ideia propõe observar o trabalhador

para além de perspectivas econômicas, mas também culturais, seu modo de morar, de festejar, de se relacionar, de viver, etc. Quanto à importância destes momentos de lazer, Edward P. Thompson diz que

(...) deveríamos olhar as evidências, não com os olhos moralizadores (...), mas com olhos para os valores brechtianos –o fatalismo, a ironia em face das homilias, do establishment, a tenacidade da autopreservação. E devemos também lembrar o submundo do cantor de baladas e das feiras, que transmitiu tradições [...], pois dessa forma os ‘sem linguagem articulada’ conservam certos - valores espontaneidade, capacidade para diversão e lealdade mútua (THOMPSON, 2001, p. 61-62).

Na APAEB, havia algumas possibilidades que se abriam aos trabalhadores para a utilização do seu tempo livre. Muito provável que havia uma preocupação em construir espaços de lazer e sociabilidade entre os associados e a população local.

Uma das primeiras atividades econômicas da APAEB foram os Postos de Venda, instalados em Serrinha, Feira de Santana e Valente em 1982. A função desse espaço seria “adquirir bens essenciais revendendo aos sócios a preços inferiores aos cobrados na rede de comercialização local”. Segundo Elenaldo Teixeira (2002), a produção de serviços para coletividade a menor custo configura-se em um dos papéis assumidos pelas associações. De acordo o regimento interno da associação os lucros gerados do Posto Vendas deveriam ser repartidos entre os associados. A princípio, somente os dois últimos municípios apresentaram resultados satisfatórios.

Mediante uma estrutura participativa, durante o primeiro ano depois de fundada a APAEB foi direcionada por uma Comissão Executiva provisória formada por pessoas dos municípios. Liderada por Adalberto Hermenegildo Carneiro, criou-se também comissões mediante a necessidade de cada município com o intuito de assegurar cada vez mais o envolvimento dos associados na associação o que não funcionou muito bem, pois, encontrou dificuldades no sentido de organização dos camponeses (SILVA, 1993). Sobre essa dificuldade, Ismael colocou que:

Você não tinha como colocar numa reunião, numa Assembleia, na diretoria, cem pessoas. Então cada município discutia as suas questões e os representantes levavam para Assembleia da APAEB estadual e os conflitos começam aí pelas realidades de cada município. Os municípios não estavam no mesmo nível, por exemplo, de gestão, uns estavam mais avançados que outros. E alguns reagiram a isso, a inovar, a discutir a questão da gestão com maior clareza sem saber que aquilo era importante. Muitas delas achavam “O agricultor ou o filho do agricultor é capaz de fazer tudo”. Não tinha essa clareza na cabeça deles que a gente tinha que ter quem entendesse. A gente

sabia e tinha a consciência da importância do agricultor, da importância dele em todo processo, mas não significa que ele sabe fazer tudo. Daí que surgem os conflitos. Eu me lembro, por exemplo, que no início da APAEB eles achavam que quem tinha que vir para a gerência era um sócio<sup>56</sup>.

A APAEB, aparentemente adotou em sua estrutura admirativa uma flexibilidade, mas na prática se deu de forma centralizadora, com a Comissão Executiva monopolizando a maioria das decisões. As comissões, em cada município, acabavam por reproduzir essa centralização limitando o envolvimento dos associados (NASCIMENTO, 2002). Dessa forma, os associados escolheram um gerente para acompanhar e coordenar as ações. No entanto, este não tinha autonomia. Oliveira (2002) frisa que os primeiros anos da associação foram marcados por um choque entre as lideranças com opiniões contrárias sobre como lidar com a questão da administração. A maioria acreditava que o papel de gerenciar deveria ser atribuído aos agricultores. Mediante a situação, buscaram-se alternativas para solucionar esse problema. Era necessário que cada APAEB, nos municípios sediados, se dedicasse aos seus.

Erenita, que transita por todo o processo do trabalho social na década de 1970, atribui esse processo como um motor de ignição no que diz respeito à organização e à atuação política de pessoas comuns para que a APAEB de Valente se tornasse independente das demais:

Ajudou por que, para a gente mesmo que não entendia de nada, quer dizer, a fundação da APAEB veio a partir de estudo também da gente, a gente estudou como fundar a nossa, porque nós tínhamos APAEB regional. Mas a nossa foi estudo nas comunidades também e foi através do trabalho da década de 70 que a gente conseguiu fundar a APAEB<sup>57</sup>.

Em meados dos anos 1990, a proposta de descentralização da instituição foi aceita por todos. Passando agora a ser autônoma, a unidade de Valente passou a ser chamada Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. De modo geral, a fundação da APAEB demonstrou surgimento de novas lideranças que, no momento em que a natureza de gerenciamento da associação deixa de ser estadual para ser local, alguns sujeitos vão se destacar no seio da instituição. No próximo capítulo, focaremos na experiência de organização dos pequenos agricultores no município de Valente, buscando compreender a construção da liderança na associação e a relações com os associados, identificando as hierarquias que se estabeleceram e se perpetuaram dentro da própria instituição bem como os conflitos que ocorreram dentro do recorte temporal da pesquisa.

---

<sup>56</sup> Entrevista concedida por Ismael Ferreira de Oliveira, 59 anos, no dia 09 de outubro de 2018 na cidade de Valente-BA.

<sup>57</sup> Entrevista cedida por Erenita Oliveira. Ver nota 27.

#### **4 “O SERTÃO TEM TUDO QUE SE PRECISA. SE FALTAR A GENTE INVENTA”: A APAEB-VALENTE**

A trajetória da associação de Valente será analisada particularmente nesse capítulo por ter se dedicado essencialmente as atividades com o sisal, um dos principais fatores que lhe possibilitou um avanço acentuado em comparação com as outras<sup>58</sup>, fatores esses que revelarão as suas particularidades. No entanto, diante da magnitude da associação, não caberia aqui analisar todas as conquistas alcançadas nem é o objetivo do trabalho. Mas sim traçar o caminho pelo qual a instituição trilhou na tentativa de valorizar o preço do sisal como a criação da Batedeira Comunitária e a Fábrica de tapetes e carpetes de sisal.

Ao tempo em que ela ia se desenvolvendo, um número cada vez maior de sujeitos entra em cena e as relações sociais vão se tornar mais complexas abrindo espaço para o surgimento de conflitos dentro da própria APAEB. Sem a intenção de revelar a verdade, essas tensões, permitem ao trabalho historiográfico, perceber os conflitos que permeiam os espaços sociais e que constituem a tessitura da história.

##### **4.1 “Batedeira Comunitária: o coração da APAEB”**

Até 1984, a atividade mais expressiva que a associação manteve em Valente foi o Posto de Vendas. Porém, como vimos, o sisal era a principal atividade econômica da cidade e, conseqüentemente agregava uma maior quantidade de trabalhadores e pequenos agricultores no município e não gêneros alimentícios. Dessa forma, não estava gerando um “progresso econômico” para a APAEB.

Todavia, Cassiano Nascimento (2014) coloca que na dinâmica que envolvia a produção e a comercialização do sisal, os agricultores precisavam negociar com os atravessadores, em razão das possibilidades de vender a fibra. Esses últimos aproveitavam da situação e determinavam preços baixos para que pudessem arrematar lucros se beneficiando com que o excedente da revenda. Dessa forma, o lucro dos pequenos agricultores continuava nas mãos dos intermediários. Isso fez com que os associados da APAEB-Valente começassem a buscar

---

<sup>58</sup>Se analisarmos mais de perto a trajetória da APAEB de Valente iremos perceber essa evolução: 1980- nascimento da APAEB; 1981- Primeiro Posto de Vendas; 1984- Batedeira Comunitária de Sisal; 1989- exportação do sisal; 1990- Criação da Poupança APAEB; 1993- Municipalização das APAEBs, COOPERE, Fundo Rotativo, Regras de Convivência/Assistência Técnica; 1996- Fábrica/EFA (Escola Família Agrícola); 1997- Rádio Comunitária; 1998- Clube; 2000- Curtume/Laticínio, etc. Dentre essas conquistas, o que as APAEBs têm em comum se restringe apenas ao Posto de Vendas.

estratégias de enfrentamento contra o poder exercido pelos atravessadores, centralizando paulatinamente suas ações no negócio do sisal. Seria necessário que os associados possuíssem a sua própria “batedeira” e realizar diretamente o beneficiamento da fibra como relatou Ivone:

Na época surgiu posto de vendas, começa a organizar a produção da agricultura familiar. Daí a gente briga pelo preço do sisal. Essa parte de 80 toda. (...) vamos lutar pelo sisal. (...) mas nosso lucro continuava na bateadeira ai chega à Batedeira Comunitária<sup>59</sup>.

A bateadeira configura-se num espaço onde a fibra de sisal era pesada, selecionada, limpa e encaminhada para o enfardamento. Normalmente situava-se nas zonas urbanas dos municípios que produziam o sisal que dava início a outro ciclo de produção (NASCIMENTO, 2014). Esse processo era essencial, pois somente ao passar por ele é que a fibra estava pronta para, nas indústrias, ser processada e exportada. Dessa maneira, os associados da APAEB-Valente, entre 1981 e 1982, cogitaram a possibilidade de fundarem sua própria bateadeira. A Batedeira Comunitária de sisal só foi concretizada em 1984.

O benefício esperado pelos agricultores com a fundação da Batedeira Comunitária era que eles poderiam eliminar o atravessador e aumentar o poder de barganha do pequeno agricultor em relação às bateadeiras que existiam na região (NASCIMENTO, 2003). Essa conquista, para além de valorizar a matéria prima, significou um ganho representativo para os trabalhadores, pois a posse de bateadeiras era privilégio dos grandes produtores de sisal. Os pequenos agricultores só poderiam, no máximo, plantar, colher e vender o sisal. Mas tendo uma bateadeira em sua posse teriam a oportunidade de comprar a fibra e negociar diretamente com empresas exportadoras e indústrias. Aliás, a partir desses avanços da APAEB-Valente, começava-se de fato a descentralização das APAEBs como nos relatou Ivone:

Tinha a necessidade das APAEBs tornarem-se autônomas a partir da discussão de Valente porque só Valente trabalhava a questão do sisal. Daí surgiu a discussão toda de autonomia da APAEB. E foi uma coisa chata porque algumas pessoas na época entendia que a gente queria ser melhor, queria sair na frente dos outros, foi um período de aborrecimento entre nós todos do movimento social porque a gente tinha um trabalho junto e teve que dividir e as pessoas entendiam que a gente queria rachar<sup>60</sup>.

Como se pode notar, o progresso econômico da associação em Valente acarretou uma série de desavenças no movimento social que até então congregava um número significativo de

<sup>59</sup> Entrevista concedida por Ivone Gonçalves. Ver nota 16.

<sup>60</sup> Idem.

trabalhadores e trabalhadoras em âmbito estadual <sup>61</sup>. Esses atritos nos levam a crer que na perspectiva de alguns associados, o desmembramento da instituição enfraqueceria o movimento em decorrência dos avanços econômicos que uma filial estava alcançando. Mesmo assim, o processo de descentralização foi oficializado na assembleia geral realizada em 26 de julho de 1986 em Serrinha tendo se concretizado definitivamente em 1993. A partir de então, Valente passa a ter seu próprio gerente, Ismael Ferreira, ex-gerente geral sobre quem falaremos mais adiante. Voltemos a Batedeira Comunitária que encontrou dificuldades para dar início as exportações.

Humberto Nascimento (2003) sobreleva que, ao iniciar as atividades, entre 1984 a 1985, a APAEB-Valente sentiu forte reação dos compradores e negociadores tradicionais. Nesse sentido, Ismael Ferreira afirmou que passaram “um bocado de tempo sem conseguir comercializar direto com as indústrias, principalmente no exterior. Tinha que vender para outro atravessador por que as indústrias eram fechadas”. A ausência de informações foi um agravante nesse sentido, pois “o que era associativismo e cooperativismo aqui a região, quem tinha um domínio não deixava que APAEB entrasse tanto”. A Batedeira Comunitária configurava-se como uma concorrente que poderia prejudicar o lucro dos grandes comerciantes de sisal.

A APAEB-Valente só começou a exportar em 1989 depois que conseguiu autorização “justamente quando o ‘muro de Berlin’ ruía e mudava todo o panorama do mercado europeu. A situação de dois dos maiores consumidores da fibra vegetal na época, Polônia e União Soviética, era a pior possível” (NASCIMENTO, 2003, p. 74). Nesse ano começou a circular o jornal *Batedeira Comunitária* que informou:

A APAEB iniciou o processo de exportação em janeiro desse ano e exportou apenas 285 toneladas de sisal. (...) pretendemos continuar incentivando os preços produtores a trabalharem melhor seu produto para que no futuro possamos ter um preço mais digno para o sisal (Primeiro semestre de exportação, Batedeira Comunitária, Valente, p. 1, jun. 1989).

De fato, cinco meses depois dessa notícia, a exportações já estavam surtindo efeito, pois a batedeira havia conseguido melhores preços para o produto de pequenos proprietários e trabalhadores de sisal, pois destacou o jornal: “atualmente o sisal está sendo vendido a NCz\$ 1,80 com acréscimo de 1.280% de janeiro até agora”, aumento acima da inflação no período

---

<sup>61</sup> Em 1990, segundo o *Informativo APAEB*, a instituição contava com 1.353 associados. O município de Feira de Santana reunia a maior quantidade de sócios, com um total de 506, enquanto Araci somava 168, Ichu 98, Serrinha 398 e Valente 184.

acumulada de 1.115%. Nesse interim, a bateadeira já havia assinado a carteira de doze pessoas. Em 1992 circulou a notícia que a Bateadeira iria ser ampliada:

A Bateadeira Comunitária será ampliada passando a atender um maior número de municípios, adquirindo uma maior quantidade de sisal dos pequenos produtores e aumentando o seu número de funcionários. (...) A Bateadeira Comunitária terá capacidade de comprar 200 toneladas de sisal a mais do que compra mensalmente e serão empregados mais vinte funcionários (A Bateadeira Comunitária comprará mais 200 toneladas de sisal e criará novos empregos, Bateadeira Comunitária, Valente, p. 01, dez. 1992.)

Explanar a evolução das ações da associação concentradas da produção de sisal de forma intensa ao longo do tempo nos faz refletir a contradições que permeiam os objetivos que orientaram a sua fundação. Como vimos no primeiro capítulo, os trabalhadores que cultivavam o sisal eram alvo de exploração por conta das jornadas de trabalho prolongadas, na qual os donos das grandes propriedades de terra buscavam a mais-valia absoluta sempre que era possível, a falta de segurança, os baixos salários, etc. Mesmo assim, a partir de 1980 a APAEB centralizou sua atenção na produção de sisal quando se esperava que seu principal objetivo fosse interferir nas condições que faziam o pequeno produtor de sisal um trabalhador extremamente explorado. Ainda assim, afirma Ismael, “nós vimos que a bateadeira era importante, mas só isso não bastava. A gente tinha que diversificar a produção”. Era necessário fundar uma fábrica.

#### **4.2 Uma fábrica no sertão: “do sonho à realidade”?**

Após oito anos comercializando o sisal, três deste já vendendo também para o mercado externo, na primeira metade dos anos 1990, ainda sem autonomia municipal, a APAEB-Valente resolveu dar um passo adiante no seu projeto que tinha como objetivo a industrialização do sisal e a obtenção do produto final para a venda. A partir daí, iniciou-se os estudos e sua viabilidade econômica.

Pensar num projeto para construção de um fábrica por si só nos faz pensar o processo pelo qual o projeto da APAEB tende e se transforma num projeto extremamente econômico, o que entra em contradição com seu projeto inicial fruto de mobilizações sociais da década de 1970. O sistema capitalista, antes identificado como um inimigo da classe trabalhadora, agora era considerado um mecanismo de tentativa de desenvolvimento econômico de Valente e da

região semiárida. Segundo Marx (2017) “só a partir da introdução da maquinaria que o trabalhador luta contra o seu próprio meio de trabalho, contra o modo material de existência do capital” (MARX, 2017, p. 511). Uma vez considerada essa possibilidade, pode-se compreender que o caminho pensado pela APAEB desconsiderava a luta de classes. O tópico do estatuto de 1993, que falaremos mais adiante e que pondera acerca da necessidade de criar uma consciência e organização de classe e que contém resquícios do trabalho de base desenvolvido nos anos 1970, passa agora a ter um sentido diferente, diria contraditório.

Esgotar essa questão exigiria uma pesquisa mais aprofundada muito além do que podemos apresentar aqui, mas é possível introduzir o debate e abrir possibilidades para pesquisas posteriores. Nesse sentido, é interessante observar o que propunha o documento em que são apontados alguns objetivos a serem alcançados com a possível implementação da fábrica. O projeto sobre a indústria, datado de 24 de fevereiro de 1992, registra oito finalidades a serem alcançadas e que nos limitamos a apontar apenas duas:

- a) Buscar valorizar ainda mais o produto do sisal, ajudando a sustentação dos agricultores nas suas pequenas propriedades, estimulando o processo de organização e associativista dos trabalhadores rurais;
- g) o projeto “industrialização do sisal” pretende gerar também 150 empregos diretos no município, com a implementação de uma pequena indústria (APAEB, 1992, n.p.)<sup>62</sup>.

Segundo o documento, o intuito seria o desenvolvimento de Valente por meio da geração de empregos e, principalmente, a elevação do preço do sisal. Humberto Nascimento (2003) coloca que, a partir da implantação do processo fabril, a associação atuaria em toda cadeia de agregação de valor, desde o pequeno agricultor que planta, colhe, desfibra e seca as folhas do sisal até a confecção de tapetes e carpetes para exportação.

O contato com o exterior por conta das exportações da fibra, iniciado no final dos anos 1980, tanto por correspondência como através de viagens, contribuiu nas pesquisas sobre a implantação da fábrica. O jornal *Batedeira Comunitária* informou que

Ismael Ferreira (...) participou mais uma vez do Encontro anual do Fundo das Nações Unidas para Alimentação (FAO), realizado em Roma, Itália. Durante o encontro foram recolhidas informações importantes para o planejamento dos projetos da APAEB/Valente (Depois da FAO, visita a uma indústria da Bélgica, *Batedeira Comunitária*, Valente, p. 4, dez. 1992).

---

<sup>62</sup> A ideia do projeto circulou em diversos jornais do Brasil nos anos seguintes, a exemplo do *Jornal Feira Hoje* que em 18 de novembro de 1993 noticiou “A APAEB elabora projeto para industrialização do sisal”. Um dia depois o *Jornal à Tarde* trouxe a manchete “APAEB planeja implantar unidade fabril do sisal”. Em 27 de novembro do mesmo ano o *Folha do Norte* destacou “A industrialização também vai chegar em Valente”.

Nas várias reuniões em Roma, buscaram-se informações necessárias sobre o mercado internacional de sisal e serviram como base para analisar a viabilidade econômica do projeto. Segundo o jornal, na mesma viagem à Europa, depois da reunião com a FAO, os representantes da APAEB-Valente visitaram uma indústria na Bélgica que usava o sisal como matéria prima. Nessa ocasião, foi discutida a possibilidade do repasse da tecnologia dessa indústria para a fábrica que a associação pretendia implantar. Porém, ao sair do sertão baiano e percorrer a Europa em busca de alternativas para o semiárido baiano, os apaebanos tiveram que enfrentar obstáculos pelo caminho. Ismael Ferreira destaca acerca das dificuldades encontradas durante essas viagens:

No começo a gente tinha que viajar muito aí não tinha dinheiro para isso. Algumas visitas a organizações para conhecer e para montar a fábrica, (...) a gente estava numa reunião na Itália e tinha uma reunião na Alemanha então a gente cronometrava quanto tempo de trem para pegar o trem na hora de dormir porque não tinha dinheiro para pagar hotel. Isso acontecia durante 10 dias na Europa fazendo isso, então com muita dificuldade nós passamos <sup>63</sup>.

A necessidade de visitar outros países na tentativa de obter maiores informações sobre um processo de industrialização, segundo o relato de Ismael Ferreira, se deu pelo fato que “ninguém passava informação (...) não tinha abertura para isso”. Os dois anos que se seguem foram marcados por busca de apoio e a tentativa de financiamento pelo FNE em que APAEB apresentou, em 1993, o projeto propondo um empréstimo de 60% do valor total sendo aprovado em 1994, segundo o *Boletim Informativo*. Em outubro do mesmo ano iniciou-se a preparação do terreno para a construção da indústria que, inclusive, foi doado pela prefeitura local.

Além do apoio internacional, a instituição contou com o apoio “Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/ Banco do Nordeste do Brasil (FNE/BNB) em 75% dos recursos totais de 2,5 milhões de dólares, do DOSP (Bélgica), 20%, e recursos próprios da ordem de 5%” (NASCIMENTO, 2003, p. 83), para os primeiros investimentos destinados as instalações físicas e compra do maquinário. Além disso, em 1993, em documento assinado por Ismael Ferreira, assessor da APAEB-Valente, nos faz saber os diversos apoios que a associação recebeu para que seu projeto fosse concretizado como “(...) de entidades não governamentais, de parlamentares e recentemente, recebeu uma carta de apoio de 25 prefeitos da região”.

---

<sup>63</sup> Entrevista concedida por Ismael Ferreira. Ver nora 56.

A partir da documentação consultada, é possível perceber que a associação conseguiu mobilizar várias instâncias de poder local, nacional e internacional, que lhe assegurou e lhe deram suporte econômico abrindo a possibilidade de implantar a fábrica, nesse momento, já tão sonhada e desejada por toda a região e que, após cinco anos de intensa articulação foi inaugurada. A notícia ocupou diversas páginas do jornal *Folha do Sisal* que deu ênfase na notícia com a manchete “A Fábrica: do sonho à realidade”. Vale a pena reproduzir um trecho do texto marcado por um discurso “encantador” por aquelas modernas máquinas e pela conquista.

(...) no dia 9 de março de 1996, é inaugurada a moderna fábrica de tapetes e carpetes de sisal em pleno sertão baiano, no município de Valente, 242 quilômetros de Salvador. O maquinário é moderníssimo, adquirido na Itália e Holanda. (...) os teares fabricados foram feitos exclusivamente para este fim, adaptados as nossas condições aqui no sertão. São o que de mais moderno existe no mundo no setor de teares e produção por ano 500 mil metros de carpetes, funcionando 24 horas por dia. São de um total de 12 teares programados para os próximos anos (Um dia de festa, *Folha do Sisal*, Valente, p. 2, mar. 1996).

O dia foi marcado por grande euforia e agitação na cidade com a presença de representantes da Bélgica, país que teve um papel crucial na concretização do então ousado projeto da associação que, de acordo com Humberto Nascimento (2003), mesmo vivendo num contexto de desfavorável (entre 1994 e 1998) pela forte elevação das taxas de juros e aumento dos índices de desemprego, por exemplo, a APAEB-Valente conseguiu atingir um processo fabril modernizado. De fato, deu-se início a um novo período na sua história em que o preço médio do sisal aumentou. A fibra para o pequeno agricultor passou de R\$ 160,00/t, em 1995, para R\$ 300,00/t em 1998. Marcada pela geração de novos empregos como podemos ver no quadro a seguir:

**Quadro 5: Empregos gerados pela APAEB e pela fábrica de tapetes e carpetes em Valente**

Ano	Empregos gerados (APAEB)	Empregos gerados (fábrica)	Empregos diretos (total)
1992	70	-	70
1993	84	-	84
1994	120	-	120
1995	145	-	145
1996	145	180	325
1997	192	300	492

Fonte: Relatórios Anuais APAEB-Valente, 1992-1997, elaborada por Humberto Nascimento, 2003, p. 84.

Assim, podemos constatar que os principais objetivos do projeto foram alcançados: a valorização do sisal e a geração de empregos. Mas nos interessa perceber aqui algumas implicações que todo esse “progresso” causou. Adentrar no espaço mecanizado da fábrica à luz do pensamento de Marx é possível compreender o contraste que permeia os pressupostos na qual a associação estava fundamentada.

A proposta da APAEB era orientada pelo princípio de independência de classe, tanto é que associação se denomina como uma organização de “pequenos agricultores” eliminando, teoricamente, a possibilidade de conter agricultores de grande porte. Desde os primeiros momentos da formação da APAEB, mesmo que o objetivo principal fosse a isenção do ICM, a proposta de organizar politicamente os agricultores sempre esteve na sua base numa tentativa de organizá-los para que pudessem lutar pelos seus interesses enquanto classe trabalhadora. A ideia de independência de classe significava para além de uma organização dos agricultores e que teve como resultado concreto a fundação da APAEB, o reconhecimento dos grandes proprietários de terra, ou seja, o patronato, como uma classe antagônica. Essa percepção os fez unir-se e impulsioná-los para a luta social.

Em várias situações ao longo da história, a associação posicionou-se claramente contra a exploração do pequeno agricultor. A luta de classes se fez presente no seu discurso. No entanto, é possível entender a sua transformação ideológica a partir da fundação de uma fábrica e que aponta uma mudança significativa e o ápice da alteração nas concepções da associação que é fruto de movimentos de base essencialmente política e que gerou alguns embates entre a APAEB e seus sócios, agora operários.

O jornal *Folha do Sisal*, que servia como veículo de informação que instituição utilizava para expor a comunidade acerca do andamento de suas atividades, descortina situações conflituosas pouco tempo depois da inauguração do espaço fabril. O texto da manchete “ Os empregos na fábrica” é elucidativo para pesarmos essas questões:

Nas últimas reuniões do Departamento Educativo da apaeb-Valente, surgiram queixas dos associados quanto à contratação de funcionários para a indústria fora do quadro associativo. Quando da implementação da indústria, foi firmado um compromisso, dando prioridade de empregos para os associados e seus parentes ou indicados. (...) O assessor Ismael Ferreira de Oliveira, fez questão de reafirmar esse compromisso (...) “o problema é que nem sempre essas pessoas indicadas preenchem as qualificações necessárias para determinadas funções. Essas atividades exigem um grau de especialização que as pessoas da nossa comunidade não possuem”. (Os empregos na indústria, *Folha do Sisal*, Valente, p. 3, maio. 1996).

A oferta de emprego já tinha se tornado um dos problemas acarretados a partir da fundação da fábrica. As reuniões do Departamento Educativo era o único espaço em que os associados poderiam expor suas queixas (veremos isso mais de perto na última sessão) e a grande demanda de desempregados entre os associados, ocasionou embates entre eles e a associação. Pelo que foi relatado no jornal, os associados sentiram traídos porque a fábrica estaria contratando funcionários que não faziam parte do quadro associativo, pois eles não tinham qualificação suficiente para comandar certos serviços dentro do processo fabril. Assim, esses novos funcionários estariam tirando o “direito” daqueles que deveriam ser contratados. Outros problemas também surgiram como o *Folha do Sisal* noticiou:

Resolver dois sérios problemas em 97 é o desafio da APAEB. O primeiro problema é da conscientização dos funcionários. Segundo Ismael Ferreira, os trabalhadores ainda não se conscientizaram da importância da qualidade e produtividade no trabalho. Todos querem um emprego na indústria, mas depois que conseguem, nem sempre se adaptam às regras de qualquer empresa desse porte exige. Ismael cita como exemplo, caso de um determinando funcionário que consegue secar 450 quilos de fios por período de trabalho e outro só consegue 200 quilos. O pior é que, além de não progredir, este desestimula aquele que produz corretamente (Indústria e a Batedeira na luta, *Folha do Sisal*, Valente, p. 4, Dez. 1996).

Essa manchete ocupou uma página inteira do jornal meses após a inauguração da fábrica em que chama atenção para os problemas enfrentados, um deles seria a baixa produtividade de alguns funcionários. Se auto definindo agora como uma empresa e a jornada de trabalho fixada, a produtividade é, a partir de então, seu objetivo principal e isso se daria pela intensificação da força de trabalho, ou seja, por meio do método de mais-valia absoluta. A partir do momento que o funcionário vende sua força de trabalho por meio do método de pagamento, exige-se dele que movimente mais força de trabalho.

Para Marx (2017) a maquinaria possibilita ao capitalista exercer uma maior pressão sobre o trabalhador e acompanha a intensificação da jornada de trabalho que, mediante a limitação da jornada de trabalho, obriga o capitalista exercer um maior controle sobre os custos da produção. O jornal é elucidativo nesse sentido.

(...) O desinteresse, a falta de responsabilidade no cumprimento de horários, a discordância com o sistema de turnos, as pausas demasiadamente longas com bate-papo, são outros fatores que impedem atualmente a indústria de produzir no limite de sua capacidade (Indústria e a Batedeira na luta, *Folha do Sisal*, Valente, p. 4, dez. 1996).

O documento nos faz entender a preocupação que a instituição assinala pela falta de disciplina dos funcionários, disciplina esta tão estimada pelo sistema capitalista e que, prejudica o sistema produtivo e, conseqüentemente, reduz seu lucro. Sobre essa necessidade de controle dos corpos Marx (2017) pondera que

O código fabril, em que não figura a divisão de poderes tão presados pela burguesia, e tampouco seu ainda mais prezado sistema representativo, de modo que o capital, como um legislador privado e por vontade própria, exerce seu poder autocrático sobre seus trabalhadores, é apenas a caricatura capitalista da regulação social do processo de trabalho, regulação que se torna necessária com a cooperação em escala ampliada e o uso de meios coletivos de trabalho, especialmente a maquinaria. No lugar do chicote do feitor de escravos, surge o manual de punições de supervisor fabril (MARX, 2017, p. 496).

A associação, que nasce numa perspectiva de tornar os pequenos agricultores uma classe independente e que chega até a exigir que para tornar-se sócio, o pequeno agricultor não poderia ter empregados permanentes, agora busca dominá-los e reprimi-los em nome do lucro sob controle de um patrão, condensado na figura da própria APAEB, que, inserida num sistema fabril e capitalista, incorpora um regulamento na tentativa de controlar os trabalhadores. Ivone Gonçalves que se engajou nos movimentos sociais desde sua adolescência e que perpassa por todo o contexto que essa pesquisa se delimita, enquanto coordenadora do Departamento Educativo, participou das mobilizações e fundação da fábrica. O seu relato confirma a hipótese que essa investigação tenta levantar no que tange a mudança nas concepções da associação principalmente após 1996.

A fábrica em si virou fábrica porque os meninos que viraram gestores da fábrica estavam ali pelo emprego e dependia do que o gerente mandava eles fazerem e assim foram todos os setores da fábrica da APAEB. Fundou a fábrica não existe mais essa história de 70<sup>64</sup>.

A depoente nos chama atenção para o momento que os princípios da associação, que estavam alicerçados em concepções contra a exploração capitalista, fundamentadas em uma constante luta de classes, sofrem uma ruptura significativa salientando que a APAEB, a partir de então, voltou a sua atenção “para o lucro. A soma de todos os esforços foi no lucro. Da forma que foi feito (...) o peão lá da base continua sem aumentar o preço do sisal e história continua...”. Pensando em outra perspectiva, Ismael afirma que

---

<sup>64</sup> Entrevista cedida por Ivone Gonçalves. Ver nota 16.

A gente não tem nenhuma dúvida que as pessoas se desenvolveram com APAEB porque quando a pessoa recebe o salário da APAEB ela vai gastar na loja, vai gastar no mercado, vai ao restaurante, vai num bar... isso faz com que o dinheiro circule. Foi o que Lula fez no Brasil. quando Lula assumiu a presidência com toda aquela crise que se vinha, com dificuldade e com desemprego “Não, vamos investir, vamos dar condição para o povo trabalhar e consumir”<sup>65</sup>.

Pensar a associação de Valente é caracterizá-la como resultado da capacidade de organização de trabalhadores rurais revelados no fim dos anos 1970 através de círculos bíblicos que evidenciava uma luta de classes de forma nítida. Por isso, precisamos estabelecer algumas distinções entre esses dois espaços. A colocação de Ismael é indicativa para presarmos a respeito das diferenças entre a APAEB e os movimentos engendrados anos anteriores, quando ele compara os caminhos que a associação trilhou com as ações do governo Lula quando assumiu a presidência da República. Se referir a essa forma de governar abre possibilidade para fazer um breve comentário sobre as mudanças programáticas no projeto político do PT que foi exaustivamente analisada por Eurelino Coelho. O autor examina a história de duas organizações políticas que se uniram para a formação do bloco político conhecido como Partido dos Trabalhadores. Segundo ele, “a história dessas organizações, no período pesquisado (1979-1998), é marcada por uma profunda reviravolta teórica e programática” (COELHO, 2005, p. 12). Nesse sentido, afirma que as referências marxistas foram rejeitadas como podemos ver a seguir:

(...) O objetivo programático central da esquerda nova não é mais a superação do capitalismo, e sim a conformação de um capitalismo organizado, com distribuição de renda e ampliação da participação popular na definição de políticas públicas e cujo motor principal seria a expansão do mercado interno e a alavancagem de um novo ciclo de desenvolvimento (COELHO, 2005, p. 514).

O ponto chave que sustenta a tese de Coelho é compreender que, na nova concepção da esquerda, o capitalismo não teria que ser aniquilado, mas sim enfrentado e feito “diferente”. Foi o que aconteceu na APAEB como já foi destacado por Ismael Ferreira. Antes, porém, de prosseguirmos nas discussões acerca das ações da APAEB buscando perceber os acontecimentos que marcaram seu cotidiano e sua trajetória, façamos uma rápida incursão pela história daquele que ganhou destaque singular na instituição.

---

<sup>65</sup> Entrevista cedida por Ismael Ferreira. Ver nota 56.

### 4.3 A formação da liderança na APAEB-Valente

Muitas das pessoas que cruzaram suas trajetórias e se engajaram nos movimentos sociais na década de 1970 nas comunidades de Valente, fizeram parte ativamente da APAEB desempenhando papéis de destaque como é o caso de Ivone Gonçalves, Erenita Oliveira, Misael Lopes, Ivo Ferreira e seu irmão Ismael Ferreira, entre outros. Aliás, é inegável que este último tenha se sobressaído dentre os demais assumindo funções de destaque dentro da associação. Vale a pena uma tentativa de reconstituir sua trajetória. Para tanto, recorreremos depoimento concedido pelo próprio Ismael Ferreira como também a uma obra memorialística de Alamiro Galvão (2008) dedicada, exclusivamente, ao “Empreendedor Social”.

Nascido no dia 08 de abril de 1959 na Fazenda Peixe, povoado de Valente, Ismael Ferreira é filho de Rosaldo Ferreira de Oliveira e Dona Lúcia Gonçalves de Oliveira, ambos, agricultores valentenses. Esteve, na maior parte de sua vida, ligado aos movimentos sociais e principalmente à APAEB. No entanto, assim como praticamente todos os depoentes contidos nesse trabalho, teve sua infância marcada em meio aos campos de sisal como ele mesmo relata:

Como qualquer filho de agricultor, a gente começou a trabalhando na roça. (...), mas, naquela época, qualquer criança, a partir dos 7/8 anos estava ajudando na lida em casa. (...) eu sempre tinha um vínculo com o trabalho, mas também com escola. Então geralmente eu acordava cedo, trabalhava até perto de meio-dia e aí vinha para a escola. Naquela época não tinha transporte escolar. Vinha de pé, depois de jegue, depois de bicicleta... (...) Então nas escolas lá perto na comunidade a primeira fase lá, depois aqui em Valente, era sempre andando, mais tarde eu vim de jegue, amarrava o jegue e ia para a escola, mas sempre essa relação com motor acompanhando o motor para onde ele ia, trabalhando onde o motor estava, às vezes distante porque não era em todo lugar que tinha motor <sup>66</sup>.

Como vimos no primeiro capítulo, crianças trabalhando no circuito de produção do sisal era prática corriqueira nesse período. Às vezes, eram destinadas tarefas “mais leves” para esse público como destaca Galvão sobre o trabalho infantil que Ismael estava submetido: “Cortar a folha do sisal e carrega-la até o motor de desfibramento, era uma das suas tarefas” (GALVÃO, 2008, p. 16). Contudo, como destaca o depoente, dividia o tempo de trabalho com os estudos frisando as dificuldades de locomoção tanto para a escola como para acompanhar a máquina desfibradora. Além desses espaços, era incentivado por sua mãe a frequentar a Igreja Católica

---

<sup>66</sup> Idem.

que, nesse interim, está experimentando a chegada de padres italianos na região “realizando a união do Evangelho com os anseios sociais, no sentido de esclarecer e libertar o homem do campo” (GALVÃO, 2008, p. 16). É nesse momento que começa a ter contato com discussões acerca da situação socioeconômica dos agricultores.

Inicia-se no começo dos anos 70 através da Igreja Católica que chega os padres italianos e começam a fazer uma discussão diferente do que a igreja fazia. Minha mãe era muito religiosa e eu também, sempre estava na igreja com ela e sempre tinha uns trabalhos nas comunidades, reuniões, fazia muito isso e eu ainda pequeno naquela época. Nos anos 70 eu tinha uns 12, 13 anos<sup>67</sup>.

Com a população majoritariamente ligada ao catolicismo, não é de se estranhar que vários membros de uma mesma família estivessem envolvidos no processo das atividades promovidas pela Igreja Católica, em especial pelos padres, nas comunidades rurais. Dessa forma, as reuniões poderiam contar com a presença de crianças ou adolescentes acompanhadas de seus pais. É interessante destacar que nesses momentos de discussão, Ismael Ferreira desempenhara funções específicas, pois era um dos poucos alfabetizados.

Como já estava na escola e naquela época não era todo mundo que ia escola então ajudava muito nessa parte de organização: descrever, de fazer a ata da reunião, de fazer os relatórios, descrever o que tinha acontecido naquela reunião, o que a gente precisava discutir na próxima. Por exemplo, na eleição do sindicato de ajudar na organização, do fazer as fichas das pessoas, do filiar pessoas. (...) Inclusive esse caderno de reunião, acho que tá até comigo, das reuniões dessa época<sup>68</sup>.

Tivemos acesso a esse caderno, uma documentação rica em detalhes em que Ismael fazia a escrita dos relatos sobre o acontecia nas reuniões, uma espécie de ata na qual o Evangelho era estudado com uma conotação social e que fizemos menção no capítulo 2 e nos possibilita perceber que, mesmo adolescente, participou também do processo de tomada do STR junto aos agricultores que devolveu aos trabalhadores rurais o controle do sindicato que estava nas mãos dos grandes proprietários de terra, construindo assim, sua trajetória em favor da causa dos trabalhadores explorados.

Aos dezoito anos de idade, após concluir seus estudos, mudou-se para Feira de Santana onde ingressou no curso e num escritório de contabilidade e, mais tarde, começou a trabalhar

---

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Idem.

no banco do Bradesco. Como bancário trabalhou entre 1978 até início de 1981 quando foi convidado pelo MOC, que assessorava a APAEB, para gerir a associação. Nesse momento, Ismael frisa que pediu demissão do seu emprego e aceitou o convite. É nesse espaço que sua carreira profissional vai se consolidar.

(...) a APAEB me convidou para gerenciar a instituição. Naquela época o bancário recebia um salário diferenciado, certo respeito da sociedade. Mas eu preferi correr o risco e pedi demissão do Bradesco e vim para assumir a gerência da APAEB que era geral naquele momento. Tinha uma sede em Serrinha e tinha filiais em vários municípios. Então gerenciava tudo isso. No início dos anos 90 a gente começa a discutir essa forma de organização, por que são realidades bem diferentes. (...) foi aí que em 92 nasce a APAEB-Valente. Então me desliguei das outras e vim para cá para APAEB-Valente que fiquei até 2012 como Diretor Executivo <sup>69</sup>.

Ismael se destaca como liderança desde o período em que a associação tinha um caráter estadual onde administrava toda a instituição nas cinco cidades sediadas e “toda semana passava em todos os municípios para o trabalho de gerente (...) levando mercadoria, fazendo compras para os lugares que precisava comprar” <sup>70</sup>. Posteriormente, dedica-se, exclusivamente, a APAEB da cidade onde nascera e é nela que sua atuação se intensificou e lhe possibilitou ocupar posições relevantes. Durante o tempo em que esteve à frente da instituição, assumiu cargos mais elevados (como Gerente Administrativo ou Diretor Executivo) que lhe outorgava poderes hierarquizados como ele mesmo pondera:

Antes era gerente geral, depois quando municipalização nós criamos aqui alguns cargos diferenciados: tinha gerentes, mas também tinha o cargo de Diretor-Executivo que fazia parte da diretoria. Não era eleito, era contratado pela diretoria. Mas tinha uma função tanto de gestão administrativa, mas também de organização junto aos outros diretores (...). O Diretor Executivo que coordenava todas as ações administrativas, educativas da associação <sup>71</sup>.

Não tivemos acesso ao estatuto de 1980, mas nas fontes que analisamos como jornais e documentos da APAEB, Ismael Ferreira aparece ora como assessor (provavelmente do MOC), ora como gerente. No entanto, nos estatutos de 1986 e 1993, não há referência sobre o cargo de “Diretor Executivo”, mas sim de “Diretoria Executiva” e “Gerente Administrativo” no regimento interno de 1994. A função de “Diretor-Executivo” só aparece após alterações na documentação em 2006.

---

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> Idem.

De qualquer forma, se compararmos a função do Diretor-Executivo, já esboçado por Ismael Ferreira, com a de Gerente Administrativo, veremos que ambos se assemelham, pois a esse último seria “responsável pela administração da entidade, fazendo com que o funcionário cumpra as funções estabelecidas pelos Conselhos Administrativos e Diretoria Executiva” (APAEB-Valente, n. p.1994). Como se pode notar, a associação adotou uma estrutura administrativa que muito lhe aproxima de um caráter empresarial em que a hierarquia é visivelmente constatada.

Os cargos não eletivos que destacamos, ocupados por Ismael Ferreira, isenta a participação dos associados no processo de decisão, estão no topo da organização operacional da APAEB. Essa liderança não era formada na base como era feito nas comunidades na década de 1970 e isso revela indícios de distanciamento entre agricultores e a APAEB, espaço que representaria os interesses da classe trabalhadora. O próprio depoente ressalta que a associação teria “que ser gerido enquanto uma empresa privada mesmo”. Mas a grande diferença é que em empresas comuns “o lucro vai para o bolso do empresário e na APAEB não vai porque nenhum diretor, nem um gerente estão se beneficiando sozinho nisso. O benefício é coletivo”.

Mas, o que o teria motivado a abrir mão do emprego de bancário e se aventurar nessa empreitada? Segundo ele, isso pode ser explicado pela sua relação com o trabalho social engendrado anos atrás.

Desde pequeno já estava participando e depois que a gente começou a entender melhor a situação, não dava mais para admitir que o trabalhador do sisal sempre na miséria enquanto os outros enriquecendo a cada dia. Então a gente começou a achar que era possível fazer alguma coisa. A gente sempre teve esse extinto um pouco mais do associativismo tanto é que a gente se destacou nessa área como “empreendedor social” com premiações até fora do Brasil e por conta desse trabalho feito aqui na APAEB, na região <sup>72</sup>.

De fato, Ismael Ferreira alcançou um sucesso peculiar no decorrer da sua trajetória sendo reconhecido nacional e internacionalmente pelo seu desempenho enquanto liderança da associação. Mas seu relato é ainda mais interessante por recuar no tempo e apontar que sua inquietação para com a exploração que assolava os sisaleiros como também seu interesse em intervir de alguma maneira, foi germinado durante o trabalho de base junto dos padres e outros trabalhadores rurais culminando no seu interesse em assumir a gerencia na associação. Ele destaca que, como gerente, não enfrentava divergências com a diretoria, pois “a gente sempre conversou. A gente tinha uma diretoria que era muito atuante (...). A gente sempre teve uma

---

<sup>72</sup> Idem.

diretoria participativa que entendia muito bem”. Assim, no esforço de compreender sua postura dentro da instituição a partir de perspectivas diferentes, confrontamos depoimentos de pessoas que, tiveram suas vidas ligadas a essa liderança desde o trabalho de base na década de 1970 até cruzarem suas vidas na APAEB, analisadas na sessão seguinte.

#### 4.4 Trabalho de base na APAEB: Ecos do passado (?)

Com o objetivo manter a unidade dos trabalhadores após a fundação da associação em 1980, encontramos evidências sobre a preocupação em manter o trabalho de base com os associados por parte da APAEB-Valente. Em outubro de 1990, por exemplo, o jornal *Batedeira Comunitária*, informou a agenda de encontros em oito comunidades de Valente, aquelas que possuíam a maior quantidade de sócios, a serem efetuadas naquele mês. Além disso, toda última sexta-feira de cada mês, associados e diretores se reuniam para discutir questões de seu interesse e adotar providências que considerassem cabíveis e encaminhar para a Assembleia Geral realizada a cada dois meses em Serrinha.

Quando a associação sofreu o desmembramento em 1993 seu estatuto passou por algumas alterações, mas, o suporte e a atenção ao trabalho de conscientização e organização dos trabalhadores foram preservados, pelo menos teoricamente. Assim, alguns artigos da nova documentação lhe a enquadra com os mesmos princípios na qual ela foi fundada anos anteriores:

Art. 1º – A Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente é **uma entidade civil sem fins lucrativos**, fundada em abril de 1993, com a sede na cidade de Valente, Estado da Bahia, com área de atuação nesse estado (...).

Art. 2º – são as seguintes finalidades da APAEB:

e) contribuir com o crescimento da organização comunitária para interferir no processo político-social, **criando uma consciência e organização da classe e ser (...) um instrumento permanente de luta pelos direitos dos trabalhadores** (APAEB-Valente, 1993, n. p., grifo nosso).

O ponto *e* do 2º artigo é elucidativo para pensarmos o projeto político que a APAEB-Valente propõe e assume visando defender os interesses dos trabalhadores e organizá-los enquanto classe e isso seria possível por meio de uma consciência de classe. Pensando nisso, a APAEB-Valente criou o Departamento Educativo. O novo documento nos dá informações sobre algumas de suas finalidades:

Tendo em vista a unidade do projeto, a participação dos associados e a articulação com outros movimentos:

- Integrar os diversos departamentos;
- Formar e capacitar sócios e diretores;
- Promover encontro e reuniões a nível de comunidade, municípios e região;
- Procurar envolver os associados no planejamento e execução dos projetos em andamento na Associação;
- Empreender lutas permanentes e temporárias com outros movimentos frente ao Estado que venham a contribuir na **formação da consciência, organização e melhoria das condições de vida dos trabalhadores;**
- Dar apoio institucional aos movimentos de **luta e a organização dos trabalhadores** (APAEB-Valente, 1993, n. p., grifo nosso).

Nota-se mais uma vez que a proposta da Associação era inspirada numa perspectiva de crítica a exploração do trabalho e do trabalhador no capitalismo com o intuito de organizar os trabalhadores rurais e associados na tentativa de despertar uma consciência de classe e impulsioná-los para a luta social. Tendo em vista que “o trabalho de base e conscientização é um dos mais difíceis e importantes numa região como a nossa (...) o Departamento Educativo assume um pouco dessa responsabilidade” o que remete ao trabalho de base urdido na década de 1970 reverberado, agora, no projeto da APAEB-Valente.

Em agosto de 1996, quando perguntado pelo *Folha do Sisal* da importância da APAEB-Valente no contexto dos movimentos de base, Ildes Ferreira, sociólogo e, no período, professor da Universidade Estadual de Feira de Santana e assessor do MOC e da APAEB-Valente, Irmão de Ismael Ferreira, destacou que “a APAEB hoje tem uma função de grande importância nos movimentos de base. É a primeira experiência, a nível de Brasil, que está conseguindo a atividade propriamente econômica com o processo educativo-comunitário”. Todavia, ao examinar as fontes coletadas, tanto os jornais como os relatos orais, encontramos controvérsias sobre essa afirmação como assevera Luciano Cason:

A única coisa que o dirigente da APAEB focava era a dificuldade no setor de formação, que não estava conseguindo fazer um trabalho comunitário, não conseguia criar novas comunidades, fazer crescer liderança. Então estava muito forte o projeto de produção, de melhoria de preço, de lutar, de exigir agora o trabalho de consciência política que nós fizemos devagar na década de 70 sentiu um pouquinho de dificuldade <sup>73</sup>.

Assim, é possível afirmar que, diferente do que ocorreu durante o período de regime ditatorial nas comunidades de Valente, a associação encontrou dificuldades de formar lideranças e de constituir elos que intensificasse a unidade dos trabalhadores e associados em

---

<sup>73</sup> Entrevista a Luciano Cason. Ver nota 21.

torno da APAEB, ou seja, o trabalho de consciência de classe realizado anteriormente e que ganhou expressividade ao ponto de colocar nas mãos dos trabalhadores a direção do sindicato tornando-os sujeitos comuns protagonistas de sua própria história, perdeu força mediante a fusão dos objetivos econômicos com os sociais que, segundo Cason, não caminharam com a mesma intensidade e isso acarretou uma série de debates dentro do Departamento Educativo. Ao examinar as inúmeras páginas do *Folha do Sisal* também iremos notar essa dificuldade de organização e de empoderamento dos trabalhadores quando noticiou, por exemplo, que

(...) Apesar do crescimento das organizações comunitárias em nossa região, elas não conseguem grandes avanços na resolução de seus problemas. Faltam preparo e informações para seus membros. Quando precisam discutir com autoridades ou com os técnicos em geral faltam argumentos e, diante da própria desinformação muitos se calam e recuam, amargurando a frustração e não resolvendo seu problema local (A vez das lideranças, *Folha do Sisal*, Valente, p. 1, set. 1996).

Tendo em vista essas dificuldades, planejou-se a realização de cursos de capacitação para preparar lideranças locais para enfrentar suas dificuldades. O curso aconteceu em quatorze dias, dividido em sete etapas de dois dias, entre outubro e dezembro de 1996. Encontramos referências sobre uma avaliação desse curso na perspectiva de coordenadora Ivone Gonçalves e Ildes Ferreira, assessor da instituição.

Numa comparação com as reuniões do ano passado, Ivone Gonçalves (...) destacou o aumento de participantes. Ivone observou que está havendo maior integração e preocupação em abordar e resolver os problemas. O sociólogo Ildes Ferreira (...) questionou a validade dessas reuniões. Para ele, através dos anos as reuniões foram esvaziando e, de certa forma, criando um desinteresse. Ivone não concorda. Para ela, isso já ocorreu, mas hoje essas reuniões representam um espaço onde os associados sentem-se mais à vontade para dizer o que sentem. Nessas reuniões, aglutinam-se interesses comuns e pessoas que, sozinhas nada podem fazer (O Departamento Educativo nas comunidades, *Folha do Sisal*, Valente, p. 8, mar. 1997).

A relevância dos encontros é posta em xeque pelo assessor ao justificar que eles já não dispõem mais da força que antes. Supostamente, Ildes se refere ao trabalho de base dos anos 1970 nas comunidades de Valente e cidades circunvizinhas. Ao contrário de Ivone, que apesar de reconhecer uma oscilação no que tange a disposição dos associados em querer participar dos encontros, salienta que as reuniões se configuravam como alternativa e ambiente propício onde os associados “sentem-se mais à vontade” para expor os seus sentimentos. Subentende-se que,

nas assembleias essas pessoas não se sentiam confortáveis a interagir ou posicionar-se enquanto membro da instituição.

Depois dessa reportagem, Ivone só apareceu em mais uma manchete do jornal num breve comentário concernente a uma premiação que a instituição recebeu em abril de 1997. Posteriormente, em janeiro de 1998, nos deparamos com a notícia “o Departamento Educativo em nova fase” o qual foi assumido por outro coordenador. A documentação oficial não nos possibilita perceber o que motivou sua substituição, mas seu relato permite adentrar nos espaços que a fonte oficial é capaz de silenciar, mas que a memória possibilita esquadrihar a história por outros ângulos.

Ivone Gonçalves que, mesmo adolescente, participava ativamente das reuniões anos anteriores e por possuir “muita experiência com o trabalho nas comunidades”, foi convidada pela instituição para coordenar as atividades desse setor, exercendo essa função entre o período de 1993 e 1998 quando, segundo ela, foi demitida sem justa causa. É interessante uma análise sobre esse episódio por descortinar indícios de distanciamento entre a APAEB, sua concepção e seus associados e perceber que esse setor foi palco para eclosão de conflitos e tensões dentro da associação, ao menos dentro do recorte temporal que esse trabalho se limita como nos relata a depoente:

A minha função era “Ivone, como Departamento Educativo, trabalhar a base com os agricultores”. Quantas vezes eu não fui chamada atenção porque eu discutia aquilo com a comunidade? (...) então quando chegava à assembleia, não saía do mesmo jeito que discutia nas comunidades. Então eu fiquei sendo vista como a pessoa que vai para a comunidade levar o povo para brigar com a APAEB. Que reunião é essa na comunidade que a pessoa chega aqui na assembleia... porque na assembleia o pessoal não tinha voz. Eu cansei disso, então chegou um momento que eu disse “bom, eu vou sair da APAEB”<sup>74</sup>.

Com efeito, o depoimento é sugestivo por trazer à tona os conflitos que permearam a trajetória da associação indicando que o trabalho de conscientização para com os associados surtia efeito ao ponto de provocar embates entre a base e a APAEB que, de alguma forma, não coadunava com o que era discutido com os agricultores nas comunidades rurais, assim, não representava, para os trabalhadores, um espaço em que eles pudessem se posicionar. É possível supor que os vínculos construídos entre a instituição e a base, gradualmente, foram se diluindo, daí a profunda dificuldade de organizá-los. Todas essas “angústias”, para utilizar um termo que ela empregou, ocasionou o pedido de demissão de Ivone. Percebe-se que as tensões na

---

<sup>74</sup> Entrevista cedida por Ivone Gonçalves. Ver nota 16.

associação se vinham acumulando havia algum tempo. O pedido de demissão foi o desenlace de uma relação que se havia esgotado a possibilidade de sua permanência. Mas antes disso ela expõe o andamento de suas atividades dentro do departamento e em que circunstâncias foi exonerada. Exibir um trecho mais longo da sua fala pode suscitar algumas ponderações pertinentes.

(...) eu fui fazer um curso em Salvador de avaliação, organização e planejamento de gestão social. Fiz três projetos para Ismael aprovar para eu ser agente multiplicadora desse curso. (...) então eu planejei fazer um curso só com diretores da APAEB, outro só com os funcionários e a outra etapa era trabalhar isso com as comunidades, eram três projetos. Ele me enrolou, acabou aprovando um para fazer com os funcionários. Antes de eu começar o projeto eu pedi demissão. Eles foram atrás de mim. (...) Eu pensei “é, se estão fazendo questão de mim, eu vou voltar” e foi feito algumas discussões que as coisas não iam ser mais assim, eu voltei. Aprovou até meu projeto. (...) e comecei a fazer o trabalho com o pessoal. Dividi em grupo, cada equipe ia fazer seu projeto dentro dos pressupostos de organização, avaliação do seu setor de trabalho. (...) uma equipe eu nunca vi o projeto, eu só respondia perguntas. (...) aconteceu tudo normalmente, não aconteceu mais briga. (...) Então, certo dia, faltando um mês pra terminar o curso, seu Luís<sup>75</sup> me chamou 18h00min na sala dele e me demitiu. Que ele estava me demitindo: “olhe, (...) eu estou lhe demitindo porque não dá mais certo trabalhar com você”. (...), mas eu não tinha terminado o curso... “eu quero que o senhor aceite que eu termine de dar as minhas aulas. (...) aí ele aceitou. (...) No último dia do curso todo mundo fez a apresentação dos projetos e essa equipe que eu só ia pra tirar dúvidas dos procedimentos metodológicos, pedagógicos, falaram assim pra mim: “nós tivemos que, dentro de três semanas, refazer nosso projeto porque nosso projeto ia ter mais gente a ser demitida”. ‘Como assim?’ ” “Não, não fala mais nisso, não fala mais nisso”. (...) depois as pessoas me disseram que estavam fazendo um acompanhamento de advogados, o plano de carga de salários dos funcionários da APAEB <sup>76</sup>.

O relato da depoente é sintomático no que se refere ao possível distanciamento da associação e sua concepção que se justificava numa perspectiva de defesa dos direitos dos trabalhadores e contra a exploração capitalista. De qualquer maneira, ele abre brechas para analisarmos algumas questões: em primeiro lugar é possível identificar o grau de embates que nesse momento se fazia presente na trajetória da APAEB ao ponto de fazer com que Ivone abrisse mão do emprego e, mesmo solteira e tendo três filhos, prefere correr o risco enfrentar dificuldades financeiras a continuar suportando os vários desentendimentos que surgiam, marcados por tentativas de negociações.

<sup>75</sup> Luís Mota estava no cargo de presidência desse momento.

<sup>76</sup> Entrevista cedida por Ivone Gonçalves. Ver nota 16.

Em segundo lugar, indagar as possíveis causas que impediram de Ismael aprovar um dos três projetos que a coordenadora havia proposto. Faz-se necessário destacar que o Departamento Educativo recebia um valor irrisório para custear seus projetos e despesas, ao menos até a fundação da fábrica em 1996. Isso fica evidente quando o *Folha do Sisal* publicou uma colocação de Ivone onde ela destaca que o Departamento Educativo “não tem dotação própria para seus projetos, dependendo do que sobra dos outros departamentos (...) já que recebemos apenas meio por cento do que a APAEB vende de sisal o que não dá para muita coisa” (*Folha do Sisal*, Valente, p. 4, mar. 1996). Ou seja, esse setor não era uma das prioridades na dinâmica da instituição.

E em terceiro lugar e não menos importante, é a demissão repentina da funcionária já que outrora seu pedido de destituição foi considerado uma perda para o bom andamento das atividades. Demissão essa justamente no momento em que o projeto aprovado estava em curso. Isso nos leva a crer que, as possibilidades que o curso proporcionou aos funcionários aguçar sua criticidade, organização o que levou a discussões sobre seus salários, gerando um desconforto e uma situação inadmissível para a diretoria da APAEB o que acarretou na exigência da reformulação dos objetivos formulados pelos seus autores. O fato é que o depoimento elucida possíveis razões que resultaram na demissão da coordenadora após cinco anos nessa função. Esse episódio indica características hierarquizadas acentuadas na organização elucidadas ainda mais quando os depoentes descrevem o perfil do gerente. Erenita frisou que

Tinha pessoas que era contra algumas coisas que ele fazia dentro da associação (...) porque ele não houve a diretoria, não chamava a diretoria para discutir as coisas. (...) De qualquer maneira para mandar mesmo foi ele, para mandar em tudo mesmo foi ele, a gente não pode negar <sup>77</sup>.

A fala de Ivone comunga com a anterior:

Não quero dizer que ele faz de propósito, mas ele atropela as coisas. Ele não tem paciência de esperar, muitas tomadas de decisão na própria APAEB. Tinha a assembleia, era pra tomar uma decisão e ele atropelava a assembleia pra aprovar o que ele queria <sup>78</sup>.

De forma mais sutil, Misael Lopes, que atualmente faz parte da Diretoria da APAEB desempenha dá sustentação aos relatos precedentes, pois,

---

<sup>77</sup> Entrevista concedida por Erenita Oliveira. Ver nota 27.

<sup>78</sup> Entrevista cedida por Ivone Gonçalves. Ver nota 16.

Apesar das teimosias (risos), uma cabeça um pouco dura, mas, Ismael foi o tronco de toda essa história porque se não fosse Ismael com certeza a APAEB não tinha se destacado tanto. (...) Não chegava a ter atritos e grandes conflitos, mas tinha uns que dizia que por ali não estava legal, que não comungava, mas Ismael é uma pessoa que tem um poder de convencimento terrível <sup>79</sup>.

De certa forma, os depoimentos coadunam e indicam que a instituição experimentou indícios de uma gestão centralizadora e hierarquizada na qual significou, no seu interior, uma mudança na composição e na forma de relação entre as lideranças e a base da associação. Uma instituição fundamentada na força que os trabalhadores rurais demonstraram ter, seu poder de organização e mobilização, foi paulatinamente diluída na qual houve um rompimento na relação com os interesses dos pequenos produtores. É possível uma compreensão acerca desse processo apropriando-se do conceito de *transformismo* apontado por Eurelino Coelho (2005) por meio de análises gramscianas e que nos limitamos a frisar um dos pontos que define o citado conceito entendido como “produção da desorganização política das classes subalternas”. Isso nos leva a crer que o objetivo de organizar os pequenos agricultores enquanto classe e torná-los independentes, que fundamentou sua fundação, principalmente quando no seu estatuto determinava como critério para tornar sócio o de ser “pequeno agricultor”, como criar também “uma consciência e organização da classe e ser (...) um instrumento permanente de luta pelos direitos dos trabalhadores” não era mais eu objetivo principal.

---

<sup>79</sup> Entrevista concedida por Misael Lopes da Cunha, no dia 15 de julho na cidade de Valente-BA.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das fontes utilizadas nessa pesquisa, foi possível traçar algumas considerações acerca do surgimento e as ações promovidas pelos círculos bíblicos no município de Valente nos anos 1970 e como esses movimentos contribuíram para o surgimento da APAEB posteriormente. Ponderações estas que podem subsidiar como alicerce para pesquisas posteriores visto que ainda não existem pesquisas no campo historiográfico que analise a importância desses movimentos que deu fruto a uma associação de pequenos agricultores e que ganhou destaque a nível nacional e internacional.

Reconstruir a trajetória de trabalhadores rurais de Valente desde a década de 1970 nos faz compreender o processo de organização, mobilização, atuação de *sujeitos comuns* e que resultou na fundação da APAEB. O trabalho social, desenvolvido e articulado com o envolvimento de líderes católicos, com base nas escrituras sagradas, fomentou discussões entre os agricultores valentenses sobre sua capacidade de mobilização na qual, a partir de suas experiências em comum, começam a sentir parte de uma classe e agir para mudar sua realidade, principalmente pela exploração que viviam aqueles que tinham o cultivo do sisal como meio de sobrevivência.

Os movimentos sociais que marcaram a história de Valente nos anos nesse período são reflexos de acontecimentos a nível nacional, mas que surgem a partir de uma realidade local e tem início com a influência da Igreja Católica, em especial alguns padres progressistas, mas não podemos desprezar a atuação significativa de leigos, principalmente de mulheres que, junto aos representantes clérigos, buscaram mudar a realidade local. O processo de formação de círculos bíblicos emerge a partir do momento que a Igreja Católica volta a sua atenção para trabalhadores alvos de exploração e desigualdade social e tinha como requisito a leitura do Evangelho influenciando a emancipação e libertação das classes subalternas. Isso se deu em toda a América Latina e por todo o Brasil e tinha como característica o engajamento para a luta social. Em Valente, a opressão que a população rural vivia principalmente aqueles que tinham o sisal como principal atividade econômica, vai dar impulso a essas mobilizações.

O sisal foi considerado uma “planta redentora”, dotado de grande potencial econômico para o semiárido baiano marcado por um clima que dificulta a exploração de outras culturas e seu cultivo em Valente consagrou a cidade como “a capital mundial do sisal” pela grande quantidade da fibra que produzia mesmo quando ainda era distrito de Conceição do Coité, gerando riqueza para alguns. Mas, como vimos, essa riqueza estava distante da maioria da população, submetida a constantes explorações pelos donos da “*paraibana*”. No entanto, essa

exploração também proporcionava a construção das redes de sociabilidade e solidariedade mútua entre os trabalhadores nas comunidades rurais de Valente estimulando sua organização.

A experiência que os agricultores adquiriram nos círculos bíblicos provocou algumas mudanças na situação de exploração em que viviam, pois ali puderam estudar o Evangelho e, a partir dele, analisar sua condição socioeconômica impulsionando-os para a luta social. O contexto social que surge essas mobilizações é marcado pela pobreza, ausência de bens de consumo básico e de serviços públicos que atendessem as necessidades dessa população, principalmente aqueles que trabalhavam no campo com o sisal. Os círculos bíblicos tornaram-se um refúgio e um espaço para que eles e elas vislumbrassem uma possibilidade de articulação em busca de melhores condições de vida e de trabalho no sertão baiano que formaram alicerce para a luta dos trabalhadores.

As discussões promovidas nesses espaços favoreciam uma reflexão e conscientização coletiva sobre o lugar de subalternidade desses sujeitos somado a tentativa de ações conjuntas que essas comunidades promoviam na tentativa de resolver seus principais problemas. Quando amadurecida essas discussões, puderam perceber que seu poder de atuação transcendia as comunidades rurais definindo assim outros espaços de luta como o STR e a própria APAEB que, assessorado pelo MOC, significou a solidificação das lutas de sujeitos comuns representando espaços de enfrentamento por parte dos agricultores.

A tomada da direção do sindicato por parte dos trabalhadores rurais em 1975 denota a possibilidade de protagonismo dos “de baixo” na transformação social e proporcionou a eles um espaço para que pudessem defender seus interesses enquanto classe trabalhadora identificando o patronato como uma classe antagônica evidenciando uma luta de classes. No entanto, as possibilidades de organização não se restringiram a apenas o sindicato, mas resultou também na fundação da APAEB, uma associação só de pequenos agricultores e que tinha como característica a fusão de aspectos econômicos e sociais que, a princípio, possuía um corpo associativo que arregimentava sócios de cinco cidades da Bahia e que tinha como um de seus objetivos criar uma consciência e organização da classe e ser um instrumento permanente de luta pelos direitos dos trabalhadores. No entanto, percebemos que assegurar a organização e união dos trabalhadores enquanto classe passou a ser uma dificuldade que a instituição enfrentou e resultou no seu desmembramento treze anos depois da sua fundação.

Mesmo antes de se tornar autônoma, a APAEB-Valente se destacava entre as demais e uma das possíveis causas que se fizeram presentes nas entrevistas foi por ter se dedicado exclusivamente ao cultivo do sisal fazendo com que a associação voltasse a sua atenção para a valorização da fibra fundando uma bateadeira e posteriormente uma fábrica. Mediante nossas

análises, percebemos que, gradualmente, a associação foi perdendo seus vínculos com sua base e deixando de representar um ambiente que se constituía na defesa dos interesses dos agricultores na qual evidencia uma hierarquização na sua estrutura e uma centralização de poder nas mãos daquele que se destacou como grande liderança da associação.

De qualquer maneira, os sinais de uma consciência de classe entre grande parte dos trabalhadores rurais valentenses se mostraram visíveis em meados de 1970 como a identificação de interesses em comuns frente à exploração que eram submetidos; as tentativas de se organizarem em espaços típicos da classe trabalhadora como sindicato e associação, etc. No entanto, não é nosso intuito tentar estabelecer um momento específico que se possa afirmar que o processo de formação de classe teve um fim. Mas, mediante o que esboçamos nesse trabalho, podemos dizer que explanamos acerca de uma classe trabalhadora por termos explorado elementos de manifestação de consciência e classe entre trabalhadores de Valente dentro do recorte temporal da pesquisa.

## FONTES

### 1 Fontes orais

- Erenita Leonícia de Oliveira. Valente. 2018.
- José Salustiano de Abreu. Valente. 2018.
- Luciano Cason. Salvador. 2018.
- Ivo Ferreira de Oliveira. Valente. 2018.
- Ismael Ferreira de Oliveira. Valente. 2018.
- Ivone Gonçalves de Oliveira. Valente. 2018.
- Misael Lopes da Cunha. Valente. 2018.

### 2 Sindicato dos Trabalhadores Rurais

- Ata de fundação

### 3 Acervo APAEB-Valente

- *Jornal Voz das Comunidades* de outubro de 2014 a fevereiro de 2015.
- Batedeira Comunitária* publicado entre junho de 1989 e outubro de 1993.
- *Folha do Sisal* publicado entre março de 1995 e janeiro de 1998.
- Jornal Tribuna da Bahia* publicado em 27 de maio de 1992.
- Jornal Feira Hoje* publicado em 18 de novembro de 1993.
- Jornal à Tarde* publicado em 19 de novembro de 1993.
- Folha do Norte* publicado em 27 de novembro de 1993.
- Fichas dos associados entre 1981 a 1992.
- Projeto para implementação da fábrica de tapetes e carpetes de sisal datado de 1992.
- Projeto advindo do MOC datado de 1980.
- Estatuto da APAEB, 1986.
- Estatuto da APAEB-Valente, 1993.
- Regimento interno da APAEB-Valente, 1993.

### 5 Arquivo da Biblioteca Municipal de Valente

- Fotografia - Carregamento de fibras do sisal. Produto da Vila Valente, 1948.
- Carta oficial enviada ao Presidente da Assembleia Estadual da Bahia justificando as condições que Valente possuía para emancipar-se de Conceição do Coité, 1952.

### 5 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

- Censos Demográficos: 1960, 1970, 1980, 1991. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/> >. Acesso em 03 de ago. 2018.
- Censo Agrícola: 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/> >. Acesso em 03 de ago. 2018.

### 6 Documentos pessoais

- Caderno pessoal de Ismael Ferreira datado de 1974 a 1977.

### 7 Obras de memorialistas

- GALVÃO, Alamiro. **Valente**. Um Oásis no Sertão. Salvador. 2002.
- GALVÃO, Alamiro. **Ismael Ferreira**: um empreendedor social. 1º edição, Valente: Samp Gráfica Editora, 2008.

- OLIVEIRA, Nelilton Ezequias. **História do Distrito Vila de Valente** (1850-1958). Valente/Bahia. 1991.
- RAMOS FILHO, José. **Sisal**. Sua história entre nós. Valente/Bahia. 1965.

## REFERÊNCIAS

Agencia Embrapa de Informação Tecnológica - **Sisal**. Disponível em: [http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio\\_sisal/arvore/CONT000ghou0b0002wx5ok05vadr1fx7pyzy.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_sisal/arvore/CONT000ghou0b0002wx5ok05vadr1fx7pyzy.html) Acesso em: 21 dez. 2016.

BACELLAR, C. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKI, C. B. (Org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 23-79.

BRASIL. Decreto-Lei N° 5.183 de julho de 1989. *Lei que determinou emancipada a cidade de São Domingos*. Disponível em: <<https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/86107/lei-5183-89>>. Acesso em 11 de jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto- Lei N° 1.016 de 12 de agosto de 1958. *Lei que determinou emancipada a cidade de Valente*.

COELHO, Eurelino. **Uma Esquerda para o Capital**: crise do marxismo e mudanças dos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo**: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1996.

FREIXO, Alexandra Alexandre. **Dos sertão dos tocós ao território do sisal**: rumo a invenção de uma região e uma vocação. *Revista Geografes*, n° 8, 2010.

GALVÃO, Andréia. **A estrutura sindical no campo**, de Claudinei Coletti *Revista de Sociologia e Política*, núm. 12, junho, 1999.

KUSMA, Cezar Augusto. **O futuro de Deus na missão da esperança cristã**. Um estudo da escatologia na Teologia da Esperança de Jürgen Moltmann em aproximação com a Teologia Latino Americana da Libertação no contexto atual. Tese – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

HILL, Christopher. **A Bíblia Inglesa e as Revoluções do século XVII**. Trad. Cyntia Marques. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOWY, Michael. **Marxismo e a Teologia da Libertação**. Trad. Myrian Batista. SP: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Marx Weber**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. São Paulo, v.17.2, 2011, p. 129-142.

LIBÂNIO, João Batista. **Teologia da Libertação: roteiro didático para um estudo**. São Paulo: Loyola, 1987.

MARIA, Cristina LIMA VERDE; FERNANDES, Marlene; ARRUDA, Carlos Alberto da Silva. **Estudo de caso: desenvolvimento sustentável da região sisaleira: Valente-Bahia**– Rio de Janeiro: IBAM, 2007.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. **Vestígios Recuperados: experiência da comunidade negra rural de Tijuacu-BA**. PUC. São Paulo, 2006.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres: experiências em comum na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom TEXTO, 2008.

MAUAD, Ana Maria. **A história da imagem: fotografia e história interfaces**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, 1996, p. 73-98.

MESTERS, Carlos. **Sobre a leitura popular da Bíblia parte I**. Disponível em:  
<<https://cebi.org.br/reflexoes/sobre-leitura-popular-da-biblia-parte-i/>> acesso em 15 de nov. 2018.

NASCIMENTO, C. F. **A Apaeb-Valente e os “sisaleiros”**: trajetória, trabalho e cotidiano nos campos de sisal (1980-1993). Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus/BA, 2014.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Conviver o Sertão**: origem e evolução do capital social em Valente/Ba. São Paulo: Annablume, 2003.

NASCIMENTO, Cassiano Ferreira. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 10 , n. 20 – UFGD – Dourados, jul/dez – 2016.

OLIVEIRA, Ildes Oliveira. **Uma surpresa no Sertão**: a experiência da APAEB e da COOPERE. Gráfica Empreite, 2001.

ORTEGA, Antônio César; PIRES. Murilo José de Souza. **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual : um estudo de caso da Bahia** – Brasília : Ipea, 2016.

PINTO, Maria N. **Contribuição ao estudo da influência da lavoura especulativa do sisal no Estado da Bahia**. Revista Brasileira de Geografia, v. 31, n. 3, p. 3-102, 1969.

RAGAZANNI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? **Educar em revista**, Curitiba, Editora UFPR, n. 18, p. 13-27, 2001.

ROIO, Marcos Del. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SANTOS, Adroaldo Quintela. **Estudo de Viabilidade Econômica**- Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, MOC, nov. 1980.

SHOLZ, Jonathan Marcel. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro**, v. 9, n. 2, maio-agosto, 2017.

SILVA, O. A. da. Rede urbana e dinâmica regional no estado da Bahia. In: Dias, P. C.; Santos, J. (Org). **Cidades médias e pequenas**. Salvador: SEI, 238.

SILVA, Álvaro L. V. et. al. **APAEB**: uma história de fibra, luta e subsistência. Valente: APAEB, 1993.

SILVA, João Luiz da Silva. A venda de alimentos nas ruas paulistanas dos relatos dos memorialistas (1895-1915). **Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade**. v. 4 n 1. São Paulo: Centro Universitário, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. “Algumas considerações sobre classe e falsa consciência”, em **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, Ed. Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o Global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA. 2001.

\_\_\_\_\_. **Sociedade civil e participação cidadã no poder local**. Salvador: Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sociedade civil na Bahia: papel político das organizações**. Salvador. EDUFBA, 2008.